

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 01/2018

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE FEVEREIRO

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente Júlia Maria de Almeida Lima Sequeira e Rodrigues e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
  - *Orlando Ferreira Pires*
  - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
  - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
  - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
  - *José Miguel Romão Cunha*

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís de Melo Guimarães disse:**

Dado já haver quórum, vou dar por aberta esta primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela. Começo por dar as boas-vindas a todos e apresento os meus cumprimentos à Sr.ª Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Deputados Municipais e às demais Entidades e Público presente.

Mas, à semelhança do que muitas vezes acontece, os últimos serem os primeiros, faço um cumprimento muito, mas muito especial aos alunos que nos quiseram hoje brindar com a sua presença no acompanhamento dos nossos trabalhos, bem como quero manifestar a minha satisfação e enviar felicitações aos professores que tomaram a iniciativa de trazer até nós esta enchente de prováveis iniciados na nossa Política Local.

Meus jovens o cedo despertar para estas coisas da política, é um gesto grandioso e de enorme significado para o futuro do nosso Concelho, ou mesmo do nosso país.

Sereis vós que amanhã, aqui ou noutra órgão do poder, podereis vir a representar o povo e zelar pela boa gestão dos recursos e pela defesa da democracia.

Faço votos para que este primeiro contacto vos venha a entusiasmar e aliciar.

Para todo este órgão, Assembleia Municipal, é naturalmente um prazer e um privilégio ter-vos hoje aqui connosco.

Para mim em particular ainda é um pouco mais que isso, porque ao olhar para essa plateia não posso deixar de navegar pelo meu passado, do qual oito anos foram dedicados ao ensino e à desafiante tarefa de acompanhar e educar jovens como vós.

Sei também, que fruto das últimas eleições autárquicas perderam um professor que muito estimavam. Um professor que hoje se encontra deste lado e que mais nostalgia que eu ainda sentirá ao ver-vos. Mas não tenhais pena, pois a nova função do Professor Orlando em prol da política e de Mirandela, é, como a dos demais políticos, de uma importância extrema e fundamental para o desenvolvimento do nosso Concelho.

Muito obrigado a todos.

Agora, nesta abertura da Sessão, quero deixar duas notas sobre procedimentos que vamos passar a adotar.

Os Senhores Deputados vão passar a assinar uma folha de presença ao fim da manhã e outra novamente ao terminar a Assembleia.

Esta alteração deve-se ao facto de se ter verificado a falta de diversas assinaturas na folha de presença da última reunião, sabemos que estiveram presentes e como tal acabamos por considerar, mas, numa situação anómala.

Face ao pedido de um Deputado na última reunião para o envio da documentação da AM em suporte de papel, informamos de que o regimento prevê a entrega dos documentos em papel apenas aos Líderes dos Grupos Municipais.

Se algum Deputado quiser no futuro esses documentos em papel agradecemos que manifestem essa vontade à mesa e depois os vá levantar ao setor de apoio à Assembleia.

**----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Luísa Maria Almeida Torres Belchior disse: Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Quanto à mobilidade desta Assembleia foram aceites todas as justificações e, foram feitas as substituições dos seguintes Membros Municipais:

José Manuel Trovisco é substituído, por Mário da Cunha Pereira; Isabel Maria Branco Barreira é substituída por Graciete Cláudia Alves Ramos; o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, Eurico Carrapatoso, é substituído pelo Secretário da Junta de Freguesia de Alvites, Armindo Esteves.

Em relação ao expediente recebido e expedido o mesmo encontra-se para consulta junto do Sector de Apoio à Assembleia Municipal, damos seguimento ao ponto um da Ordem de Trabalhos.

**“DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar todas as faltas”.**

## **1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 6ª Sessão Ordinária de 29 de dezembro de 2017.**

**----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Bom dia saudar o Sr. Presidente da Assembleia, saudar também o Executivo Municipal, caros colegas, saudar também esta moldura humana de juventude que temos aqui hoje e é sempre bom ver a casa cheia e havia de ser a todas as sessões daí deixar-vos já também o desafio a vir assistir à próxima Assembleia de Abril, assistir e participar de uma forma cívica porque a juventude é que é o futuro do nosso concelho e das nossas freguesias, hoje eu tenho aqui a minha conterrânea Maria João e eu fiquei extremamente contente com a sua presença.

Senhor Presidente eu era para trazer uma intervenção escrita mas tive dificuldade em fazê-lo, porque recebemos a ata fora dos elementos da Ordem do Dia que tinham que acompanhar os documentos da Assembleia e ontem quando cheguei a casa fiquei surpreendido porque recebi mais duas alterações à ata, mas o que me chamou mesmo a atenção foi que a ata não traduz o que se passou na última Assembleia. Penso que este exercício de democracia é fazer passar para as pessoas que veem assistir à Assembleia devemos fazê-lo com rigor com transparência e acima de tudo com a maior precisão possível dos acontecimentos que aqui se passaram no dia 29 de dezembro e eu vou-lhe dar aqui duas notas em que o ponto 6.3 que a Assembleia deliberou com maioria, com 59 votos a favor e 1 contra. Era bom para memória futura ficassem clarificadas estas declarações de voto e elas devem vir discriminadas na votação da ata, também me chamou a atenção que o meu colega de bancada Paulo Pinto no ponto 6.4 que tem a ver com a Taxa do IMI, houve aqui um episódio que foi lamentável, e que se passou aqui um puco à revelia da autorização, que o Senhor Presidente da Assembleia teria que dar, e esse ponto não consta da ata, essas intervenções que foram feitas não constam da ata, e se a ata não traduz o que se passou na reunião não pode merecer da minha parte um voto favorável, daí o meu voto é contra.

Também o queria alertar para o seguinte, houve uma série de votações que foram repetidas, por isso a Assembleia é que se estendeu no tempo, duas delas foram repetidas porque houve um erro logístico na impressão dos boletins de voto e que também não está aqui traduzido, e foram episódios que aconteceram durante a Assembleia. Eu até posso entender que me digam que não houve tempo para preparar isto mas dois meses é mais que suficiente e se não havia pessoas para poderem trabalhar neste processo, se não chegavam as duas excelentes profissionais que estiveram à volta disto era juntar mais gente, agora a ata tem de traduzir o que se passou aqui, agora o documento que já é a terceira versão que está na nossa posse, não traduz o que se passou aqui na Assembleia e eu tenho pena mas não posso votar a favor, nem me posso abster disto tenho que votar contra.

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhor Deputado Martins, tenho que reconhecer que nalgumas coisas têm razão, noutras não têm nomeadamente naquela que refere em relação a quem vota contra e a favor eu não digo quem vota contra ou a favor em relação aos partidos porque até ao momento ainda não me chegaram à Mesa os Grupos Partidários, e que por tradição já assim era no passado, por isso não tenho na Mesa nenhuma indicação e oficialmente e logicamente eu não sei de qual o Partido que o Senhor representa, eu sei que o Senhor foi eleito pelo PSD e a que Grupo o Senhor pertence, mas até já pode ser Independente, pois como sabe não pode passar para outro Grupo Municipal, mas pode passar para Independente. Portanto isto foi feito de uma maneira calculada, não foi por acaso. Também é muito fácil exigir e não ser tolerante porque não passam por estas situações. Temos um apoio Municipal extraordinário que passaram horas e horas a trabalhar, porque não temos ferramentas principalmente um conversor de áudio em texto, e que devíamos elogiar e não criticarmos, exigimos ao pormenor, às vezes corro o risco de passar por demasiado exigente, o que eu acho que um pouco de tolerância era bom. Mas em relação aos conteúdos deixe-me também dizer-lhe, uma Ata não é uma reprodução fiel ao milímetro do que se passa aqui, uma Ata é o resumo do que se passa aqui, por exemplo quando fala de um empate, o porquê de o mencionar o que nos interessa é o resultado final.

Nalguns pontos acho que têm razão mas noutros não, mas é de louvar o que alguns Deputados fizeram ao contrário do Senhor Deputado Martins, que nos ligaram e daí a correção da Ata que surgiu mais tarde, isso sim é que eu louvo a participação em conjunto, para que o resultado final saia positivo, mas o Senhor não o fez, mas à próxima a Mesa agradece-lhe que também o faça, tal como outros Senhores Deputados. Quanto a retificações a Mesa está completamente aberta à inclusão de temas e retificações, não vamos estar aqui com uma arma de arremesso, pois como bem sabem não é a Mesa que elabora o grosso da Ata, mas sim o apoio municipal que fez o seu melhor, mas com certeza não satisfará toda a gente como é óbvio.

**----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:**

Senhor Presidente só um minuto se me permite e registre isso porque eu também vou fazer questão de verificar se ficou em ata, eu referi trabalhadores extraordinários, eu não critiquei os trabalhadores e quero recordar-lhe um episódio, foi a primeira vez que aconteceu numa Assembleia nós termos que votar por bancada e de pé, por isso o Senhor Presidente vir a dizer que não sabe em que partido é que nós votamos o Senhor desculpe mas é um insulto à nossa inteligência, porque o Senhor fez aquilo que nunca tinha sido feito pedir para nós votarmos por bancada, e eu recordo-me perfeitamente de a bancada do PSD se levantar, a do PS, CDS, CDU, e Independentes, por isso a Mesa sabe perfeitamente que partido vota e quem vota pelo partido, por isso não posso aceitar que o Senhor diga isso, acho que é um direito que eu tenho de vir aqui fazer esta observação. Em relação à Ata não tem que estar ao milímetro, mas têm de estar de acordo com aquilo que se passou na reunião, ao milímetro

são os projetos que eu faço, esses é que tem de estar ao milímetro, agora a Ata têm de estar textualmente escrita e não está. Há aqui omissões e que são graves, um empate é uma coisa a má impressão dos votos é outra. Eu fui um dos que não assinou a folha de presença porque tive de ir embora para a minha Assembleia de Freguesia. Eu fiz uma crítica salutar não estou criticar pessoas, referi trabalhadoras extraordinárias, maior elogio do que este não lhe posso dar. Tenho dito.

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Muito obrigado, agradeço-lhe a sua referência mas tenho que lhe dizer embora não aceite algumas das disposições que tomei, mas vai ter de as aceitar porque são legais. Em relação aos Grupos Partidários não pode contestar a dizer que é a primeira vez, mas há sempre uma primeira vez para tudo, e nesta Assembleia têm havido várias, algumas se calhar até vos agradaram outras não, eu até aceito as críticas quanto fugirmos à legalidade e ao Regimento de qualquer modo volto a dizer que até agradeço as suas observações.

**----- O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Bom dia Senhor Presidente da Assembleia, os Senhores Deputados, a Senhora Presidente, Senhores Presidentes de Junta, um cumprimento em particular aos alunos.

Eu até estou perplexo com tudo isto, eu não sou nenhum mentecapto não é, e não sendo nenhum mentecapto faço minhas as palavras que fez o meu colega de bancada, o Deputado Martins, porque a transparência e a exigência por Mirandela era de fato uma coisa nova, que diziam que antigamente não existia, não é, e eu vejo que a exigência não é nenhuma, porque as atas não retratam fielmente aquilo que se passou na Assembleia Municipal, não retratam, não me venha o Senhor Presidente não me venha com essa retórica com a legalidade das coisas, porque a legalidade faz-se em consonância com a nossa conveniência política muitas vezes não é, muitas vezes, à conveniência política e muitas vezes a conveniência legal, daquilo que é o procedimento legal, faça essa distinção entre poder, sabe que a democracia é o domínio do povo, e o povo é quem mais ordena, se vamos falar dessa maneira eu falo dessa maneira.

E eu perguntei à Senhora Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal o que era a APA e eu olho para aquilo que recebi e só recebi (no meu) correio eletrónico e só recebi única e exclusivamente a ata do dia 29. Eu não sei qual é o ponto: 1, 2, 3, 4, 5 e 6, eu não estou a por a responsabilidade nas Senhoras que fazem um trabalho meritório, mas não me chegou ao meu correio eletrónico, qualquer tipo de documentação para saber do que se vai tratar, e agora também vou por ao critério porque não vou votar, ou então retificam isto.

Eu perguntei à Senhora Presidente, e a Senhora Presidente não me respondeu a isto, o que é a APA- Agência Portuguesa do Ambiente. Então vem aqui na Ata e não sabe? E a ACIM, deu algum parecer? Então ela respondeu-me a ACIM deu um parecer que não era vinculativo mas não fala da APA, o que quer dizer que é uma situação muito dúbia. É tudo que tenho a dizer.

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhor Deputado Figueiredo, registamos as suas palavras e apenas quero que fique ciente que a ata não é tendenciosa, não é feita como tentou manifestar para dar azo ao que quer que seja, aquilo que tentou enfim dizer, quero que fique ciente disso e agradeço que acredite no que lhe estou a dizer.

**----- O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia Membros da Mesa, Senhores Deputados, Senhora Presidente e Senhores Vereadores, e um cumprimento especial e amigo aos alunos e aos meus colegas.**

Hoje disponibilizaram-se para estar aqui presentes nesta Assembleia Municipal acompanhando os seus alunos num movimento cívico espero e que espero que este dia vos possa estimular para movimentos de cidadania e porventura alguma ação cívica política em torno das suas Juntas de Freguesia, dos seus Bairros das suas Associações de forma a construirmos um concelho que se possam rever nele, e ainda que futuramente muito de vós não possam trabalhar no concelho e que venham cá sazonalmente e até o vosso empenho em futuras gerações vindouras vos possa marcar para a vida.

Senhor Presidente da Assembleia o meu assunto é a aprovação da ata, nós tínhamos um conjunto de procedimentos que estavam mais que assegurados, onde as nossas votações estavam discriminadas por bancadas, por partidos e nós gostávamos que esse procedimento se mantivesse.

Em relação ao procedimento que temos de sinalizar quem são os membros de cada bancada de cada partido, eu posso fazê-lo posteriormente se é uma exigência legal, então vou fazê-lo posteriormente, mas não posso deixar passar o fato de estar a ler uma ata e não me rever nela, porque tem algumas omissões de colegas de bancada e um conjunto de deliberações que não entendemos quem vota em quê? Neste sentido e fazendo votos que a próxima ata e a próxima Assembleia corra pelo melhor como era prática corrente, então por tudo isto eu vou votar contra aprovação desta ata.

**----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de União de Freguesias de Franco e Vila Boa, Paulo Pontes (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Secretários, Senhores Deputados, Senhora Presidente e Senhores Vereadores.**

A todos muito bom dia e um cumprimento especial aos estudantes aqui presentes e espero que dêem por bem empregue o tempo que estiveram aqui.

Senhor Presidente venho aqui por dois assuntos: O primeiro em relação aos documentos em papel, eu fui o único que disse que pretendia receber os documentos em papel, porquê? Pois ainda ontem à noite estive a ler os documentos, mas para mim é mais prático e mais fácil receber os papéis eu entendo que há economia, sim, mas se eu os vou imprimir vai ter de ser na Junta de Freguesia e sendo assim também vou estar a gastar na Junta de Freguesia, e sendo assim opto por não os imprimir e sendo

assim nem a folha da agenda tenho na minha posse. Sendo assim gostaria de ter os papéis em mão, o que seria mais fácil acompanhar o desenrolar dos trabalhos.

Relativamente a outra questão que o Senhor Presidente colocou que eu não sei se é legal ou não é legal, o facto de não ter uma listagem de quem faz parte de cada um dos partidos para a Assembleia, mas assim também nunca irá ter, ou seja irá ter uma listagem para cada Assembleia, porque sendo eu eleito pelo PSD e isso é uma questão interna dos Partidos, e eu posso-me tornar Independente, e já posso vir à próxima Assembleia como Independente, mas isso é uma questão interna dos Partidos e o Senhor Presidente continua a não saber se eu sou do PSD ou Independente, por isso o Senhor vai ter que ter uma listagem para cada Assembleia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Muito obrigado senhor Deputado, alguém mais quer usar da palavra. O meu colega, o segundo Secretário José António Ferreira vai fazer uma leitura em relação ao Regimento e aos Grupos Municipais desta Assembleia para que fique claro.

----- **O Senhor 1º Secretário da Assembleia Municipal, José António Ferreira disse:**

Muito bom dia a todos, por solicitação do Senhor Presidente realçamos aquilo que consta no Regimento e aliás que traduz o que está na Lei, sobre a constituição dos Grupos Municipais, também sabemos que não tem sido prática ao longo dos anos tomar este procedimento legal, mas de facto como foi referido pelo Senhor Presidente da Assembleia, ele existe está na Lei e expresso no art.º 52 do nosso Regimento, quando fala nos Grupos Municipais o nosso Regimento expressa:

Os membros diretamente eleitos, bem como os Presidentes de junta de freguesia eleitos por cada partido político ou coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores, podem por cada partido político ou coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores, podem associar-se para efeitos de constituição de Grupos Municipais.

A constituição dos grupos municipais efetua-se mediante comunicação escrita dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal. Da comunicação referida no número anterior deve constar obrigatoriamente a assinatura de todos os membros que constituem o Grupo Municipal, a sua designação bem como a respetiva direção.

Os membros que não integrem qualquer Grupo Municipal ou que dele se desvinculem comunicam o facto ao Presidente da Assembleia e exercem o seu mandato como Independente, art.º 52 Do Regimento da Assembleia Municipal.

Também esclareço os Senhores Deputados que houve três versões do regimento, mas o que está em vigor é o de junho de 2015 e que está disponível para consulta no "site" do Município a versão atual e em vigor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente do Executivo, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores.**

Ouvi com atenção aquilo que o Senhor Secretário da Assembleia ali proferiu, leu, não estando certo que aquilo que irei dizer será efetivamente assim, parece-me contudo que o que aí está dito é que a constituição dos Grupos Parlamentares está de acordo com a eleição do sufrágio, havendo alterações essas sim é que tem de ser comunicadas à Mesa.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhor Deputado, nós não fazemos essa leitura nem nós nem ninguém no País, e Mirandela era de fato uma exceção não ter constituído os Grupos Municipais, mas o procedimento correto é esse, mas se de futuro quiserem que a votação fique discriminada por Partidos têm de ser feito.

Vamos proceder à votação da ata.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 32 votos a favor, 13 votos contra e 6 abstenções, aprovar a ata da 6ª Sessão Ordinária de 29 de dezembro de 2017”.**

## **1.º Período de Intervenção do Público**

### **2 – 1.º Período de Intervenção do Público.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Há alguém do público que queira intervir:

----- **O Senhor Mário Augusto disse:**

Bom dia Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados, Executivo, sou Mário Augusto, ex-Presidente da Junta de Freguesia das Múrias, venho aqui expor o que os políticos no dia 1 de janeiro puseram em frente á minha casa, penso eu que foram do PS só não sei quem foi. Apresentaram-me este cartão e eu como tenho a minha consciência livre como Presidente de Junta. Ora leiam, este é que é cobarde quem fez esta escrita.

O Público e os Deputados solicitaram para ler o que dizia o cartaz pois não se conseguia ler nada nem tão pouco ouvir.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Senhor Mário Augusto é favor mostrar o cartaz e também o quero informar que esta intervenção do público é para tratar assuntos de interesse para o Município e não para tratar de assuntos pessoais, pelo que vou dar por encerrada a sua intervenção.

-----**O Senhor Mário Augusto disse**, eu até lhe dou toda a razão mas isto é tudo chantagem das últimas eleições, porque esses senhores querem-me deitar abaixo só que não têm capacidade. Mas vou ler.

-----**O Senhor Deputado António Figueiredo disse:**

O Senhor Mário Augusto devia e podia intervir, e foi chamado à atenção pela Mesa dado que era período de intervenção do Público e não dos Deputados, e para ter um pouco de contenção em relação aos seus colegas e do público presente.

-----**O Senhor Mário Augusto disse:**

Senhor Presidente estou dentro do meu tempo e vou continuar, mas vou ler e dizer só que ao Senhor Presidente da Mesa, não lhe interessa porque é do PS.

Este que fez o cartaz é que é um grande cobarde, eu sempre fui muito honesto e educado, pois o que tinha a ganhar ganhei-o em bom tempo o que tinha a perder perdi-o em bom tempo, mas se eu descubro este cliente ou clienta, dou-lhe um tiro nos cornos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Após uma certa desordem na sala, risos e palmas, só queria informar que é proibido bater palmas e também que o senhor Mário Augusto foge ao teor das intervenções do público e à forma de se exprimir, pois nos termos do artº 30 nº 2 diz durante a intervenção do público, qualquer cidadão pode pedir esclarecimentos sobre assuntos que assim o entender relacionados com o Município, devendo fazer a sua inscrição na Mesa não sendo admissíveis declarações puramente políticas, pois o Regimento e este é a nossa cartilha e é por aqui que nos devemos reger. Senhor Deputado Figueiredo se o senhor não quer que se cumpra o Regimento que o senhor aprovou, agradecia que tomasse uma atitude em relação à sua estada nesta Assembleia. Muito obrigado.

----- **Tatiana aluna da Escola Secundária de Mirandela disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Executivo, Senhor Presidente do Conselho Geral, Senhor Coordenador dos Cursos Profissionais da Escola Secundária de Mirandela, Senhores Professores, Público e Caros Colegas.

Em representação dos Cursos Profissionais da Escola Secundária de Mirandela, desejo partilhar que, é uma honra poder partilhar com todos o real poder da democracia.

Por isso vou colocar uma questão à senhora Presidente da Câmara.

Alguns de nós no final deste ano letivo terminamos o curso Profissional e tencionamos entrar no mercado de trabalho, está a desenvolver esforços para ficarmos a trabalhar no nosso Concelho.

----- **Ana aluna da Escola Secundária de Mirandela disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Executivo, Senhor Presidente do Conselho Geral, Senhor Coordenador dos Cursos Profissionais da Escola Secundária de Mirandela, Senhores Professores, Público e Caros Colegas.

Eu sou a Ana, do Curso Multimédia. Em nome dos Cursos Profissionais da Escola Secundária de Mirandela, quero colocar duas questões à Senhora Presidente da Câmara:

Pretende tomar medidas em relação à seca que estamos a viver?

A segunda é: como é do conhecimento comum a fábrica de óleos a Mira-óleos polui o rio Tua, que medidas estão a ser tomadas para a prevenção das águas poluídas. Muito obrigada.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.**

Bom dia a todos, um cumprimento especial a todos os alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Mirandela, realmente a vossa presença faz a diferença e também pelas perguntas que foram colocadas.

Vou começar por responder ao nosso Município Senhor Mário Augusto, penso que tem todo o direito de vir aqui mostrar a sua indignação, pela forma como os ataques pessoais foram feitos, e acho que aqui de todos os quadrantes políticos lamentamos, porque viver em democracia é respeitar a vontade dos outros, e eu de uma forma particular lamento a forma como foi ofendido, e é salutar que venha aqui trazer essa matéria para que sirva de exemplo noutras situações.

Em relação aos nossos alunos o exercício da real democracia passa-se aqui na Assembleia que é um Órgão Fiscalizador do Executivo da Câmara Municipal. E como todos nós sabemos um dos graves problemas que temos, é o emprego jovem, o emprego qualificado e todos os políticos das várias áreas partidárias sabem, que a verdadeira aposta deve ser na criação de emprego, pois se não há emprego não há pessoas se não há pessoas não gera emprego. Por isso temos que quebrar este ciclo vicioso e tudo estamos a fazer para que haja uma diplomacia económica para que traga mais empresas, mais investidores, mais empreendedores, para que vocês próprios também possam criar a vossa própria empresa, com as ferramentas que agora têm e que não tinham no passado, e é por isso que estão a estudar e em Cursos Profissionais, e todos esperamos que tenham sucesso na vossa vida profissional, e o ideal seria que todos pudessem ficar a viver na nossa terra, no nosso concelho, com a vossa família e criarem aqui as vossas próprias famílias. Por isso vou dizer que todos estamos a trabalhar para que Mirandela, seja um concelho atrativo, para empresas e empreendedores, não é fácil mas por não ser fácil o desafio ainda é maior e é nesse sentido, que nos queremos ir pela diplomacia económica que nós queremos atrair novas empresas e acarinhar as que já estão cá. Pois nós temos sectores de atividade nomeadamente a agricultura e a agroindústria e que tem projeção nacional e até internacional como é o setor do azeite e a nossa alheira de Mirandela eu julgo que há um curso de Qualidade e Segurança Alimentar e penso que esse curso será de fácil empregabilidade.



Em relação à pergunta sobre a seca, na verdade a água é um bem mais importante que todos nós temos, por isso o concelho e o Município estão a trabalhar no sentido de aumentar a área de regadio quer até que seja assegurado o abastecimento público de água de qualidade. Esta pergunta é bastante pertinente e faz-nos pensar a todos, o que cada um de nós deve fazer também na poupança da água, pois vai certamente ser o petróleo no futuro, são muito valiosas todas as reservas de água. Quanto à poluição do rio Tua, também é uma pergunta muito pertinente, o Ministério do Ambiente, e as brigadas da GNR ligadas ao ambiente, têm feito todos os levantamentos de situações de poluição, e o Município também tem recolhido amostras para saber qual o problema que está a decorrer com as descargas de emissões poluentes e está a ser juridicamente executado um procedimento para que seja identificado o infrator e para que seja punido.

### Antes da Ordem do Dia

#### 3- Período de Antes da Ordem do Dia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

**Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta.**

Vamos iniciar o período antes da Ordem do Dia, para o qual eu queria desde já levantar alguns motes gostaria que requeressem a vossa atenção máxima.

Pensei antecipadamente se me deveria dirigir a vós enquanto Presidente da Assembleia ou se deveria falar aí em baixo enquanto Deputado.

Espero não estar errado ao optar de vos falar como o Presidente desta Assembleia, tentando conjugar o pensamento comum e as preocupações comuns de todos nós, em defesa do nosso Concelho.

Temos acompanhado naturalmente, de forma atenta mas também tranquila, as legítimas e normais quezílias partidárias, o empolamento de diversos assuntos do dia-a-dia da nossa autarquia, as ofensivas e contraofensivas provenientes do Executivo e das Oposições, todas elas carregadas de razão por vezes e sem grande razão outras vezes, mas que devemos encarar como assuntos normais de uma saudável vivência e disputa política.

Ultimamente, no entanto, e no que a mim se refere, essa tranquilidade tem vindo a sofrer alguns revezes, para não dizer que atingiram já índices de preocupação.

Ao querer abordar estes assuntos, mais não pretendo que partilhar convosco alguns fantasmas que pairam no ar, para na nossa qualidade de Órgão Fiscalizador prestar a devida atenção e acompanhamento, ao mesmo tempo que iremos se necessário solicitar totais esclarecimentos e, ou, imputarmos as respetivas responsabilidades políticas caso se entenda por conveniente.

Lida atentamente a ata da Reunião da Câmara do passado dia 1 de fevereiro, a qual vos remeti com a restante documentação, constata-se que foram debatidos quatro pontos muito sensíveis, sobre os quais faltará concluir a razão, os motivos e as responsabilizações.

1º - Uma dívida atrasada de 366.540.00 euros, relativa a projetos de gestão e implementação de projetos do colégio das artes e outros.

Isto parece-me advir de uma parceria público-privada com sociedade anónima constituída para o efeito. Teria havido em 2014 um plano de pagamento fracionado por 3 anos e repartido por trimestres – 40.000 em 2014, 100.000 em 2015 e 150.000 em 2016, mas, devida ou indevidamente, nada foi pago.

2º - O Diretor do Colégio de Torre de Dona Chama reivindica ao executivo o pagamento de 85.000,00 euros (custos do arranque de uma turma 10º ano), alegando ter havido um acordo verbal com o anterior Presidente da Câmara que prometeu assumir esse pagamento.

3º - Uma obra nos Passos de saneamento, já concluída, mas não paga no valor de 100.000,00 euros, de que não existe qualquer contrato.

4º - Uma questão envolvendo a CIM e o Concelho de Vimioso em relação a energia elétrica, estando em jogo meio milhão de euros, que poderá eventualmente prejudicar Mirandela, mas que a ata não aprofunda ou clarifica o suficiente.

Mas, se as questões já por si são pouco compreensíveis, constata-se também que, dos três Vereadores do anterior executivo ainda hoje com cargos de Vereação na Câmara, nenhum deles parece saber ou sabe muito pouco sobre todos estes assuntos.

Não tendo nós razão alguma para duvidar das suas afirmações, ou falta de conhecimento conclui-se apenas que os assuntos têm de ser clarificados e requererem naturalmente o acompanhamento desta Assembleia.

Acordos verbais e individuais são um método de gestão incorreto, quando muito compreensíveis em situações de grande urgência e para montantes de pequena monta, mas imediatamente formalizados logo de seguida.

Gostaria portanto de solicitar à Senhora Presidente da Câmara caso de momento já tenha mais algumas respostas para estes assuntos nos faça o favor, querendo, de no-los apresentar, bem como, se a Senhora Presidente o permitir e os mesmos o entenderem por pertinente, que os Senhores Vereadores aqui presentes e em funções no anterior Executivo nos queiram apresentar a sua versão dos factos.

Fica desse já o meu apelo para que a evolução destes assuntos nos sejam comunicados no futuro e sempre que justificável, dado ser um direito que nos assiste.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.**

Agradeço as questões que nos foram colocadas, e como é do conhecimento de todos nós temos na Câmara a decorrer uma auditoria com a empresa Deloitte e todas estas questões, dívidas do passado e que muitas delas não estão contabilizadas e são muito preocupantes, o que poderão desde logo por em causa muitos projetos futuros, tanto da Câmara como nas Juntas de Freguesia, como vocês sabem o constrangimento financeiro são de facto uma das nossas preocupações estamos num plano de saneamento financeiro já há alguns anos, mas existem algumas situações muito preocupantes, porque já há dívidas que vem aparecendo como rotina diariamente ou quase tanto de empresas como de particulares, que estão lesados pelo não pagamento

de dívidas não assumidas e algumas até já com alguns anos, uma delas à Sociedade Mirandela XXI e que entretanto já foi dissolvida mas existem contratos escritos, que é preciso cumprir.

Portanto o que é necessário é fazer um levantamento de todas as situações e saber realmente qual a dívida da Câmara, pois a situação financeira da Câmara é muito preocupante, pois além do que está registado contabilisticamente existem muitas outras situações que poderão ascender a um milhão de euros, ou até mais e são surpresas financeiras muito desagradáveis, para todos nós.

**----- O Senhor Vereador em Regime de não Permanência Rui Magalhães (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, e todo o público aqui presente.**

Com a anuência da Senhora Presidente, também vou intervir dado, que os Vereadores da Oposição e na minha maneira de ver de forma injusta. Pois as pessoas têm que entender uma coisa, tem que entender ser Vereador de uma Câmara Municipal não significa que conheçam todos os assuntos, porque cada Vereador têm o seu Pelouro e havia matérias que obviamente eram mais políticas e que eram da competência do Senhor Presidente da Câmara, o que era perfeitamente normal nesta Câmara assim como em todas as Câmaras.

Em relação ao mapa de dívidas com terceiros é óbvio que nós tivemos o cuidado de obter a informação necessária relativamente a cada uma das dívidas. Nós não referimos na reunião anterior porque não foi falado na altura nem pela Senhora Presidente nem por nenhum Vereador a Tempo Inteiro, mas eu vou ler aqui algumas situações que é também preciso clarificar e com total transparência, uma dívida que existe em relação à Câmara e com a EGER que é a Mini Hídrica, no entanto a Câmara notificou várias vezes os proprietários para o pagamento da dívida de acordo com o contrato que também é importante dizer-lo: 2.5% da fatura mensal teria que reverter a favor da Câmara Municipal, repito foram feitas várias tentativas e notificações sem sucesso, na nossa opinião o atual Executivo deve reclamar essa dívida e caso os proprietários ou associados já que estamos a falar de uma empresa, se não assumirem ou não paguem a dívida terão de obviamente recorrer aos Tribunais.

Em relação ao Flor de Sal e ao café Ribeiras Bar a situação também é algo semelhante, mas também dizer que o Ribeiras já entregou a chave e uma listagem de material e equipamento para pagamento da dívida, pois segundo eles alegam que o valor até é mais elevado do que a dívida, o documento é oficial deu entrada na Câmara, apenas é necessário fazer a avaliação dos valores para saber se de fato cobre ou não a dívida. No ano passado foi feita uma notificação de encerramento e ficou a faltar apenas o acordo em relação aos materiais e benfeitorias. Idêntica situação se passa com o Flor de Sal, é verdade que eles continuam a ter uma dívida para com o Município, o Município ou quem é neste momento o responsável pela gestão do Município tem de continuar a reclamar essa dívida.

Em relação à Tradimontana também é verdade que existe a obrigação de pagamento de uma mensalidade que ainda não foi feita e mais uma vez digo que eles já foram notificados para ser feita e tem de cumprir as suas obrigações.

No que respeita ao Mirandela XXI, isto era uma espécie de sociedade e foi constituída para concretizar uma parceria público-privada que foi aprovada pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal em 2009, por isso há muitos anos atrás, eles sempre reclamaram o valor dos projetos mas tanto quanto sabemos nunca entregaram esses projetos nunca. Nove anos depois vem reclamar uma dívida, que nós achamos que não existe porque os projetos nunca foram entregues. É fácil agora ir à Câmara Municipal e dizer que a Câmara deve dinheiro mas não basta dizê-lo é preciso prová-lo, mas dizer que se deve criar logo na opinião pública a ideia de que se deve dinheiro, por isso em minha opinião é preciso ter alguma cautela com esta informação que se presta.

Em relação ao Colégio de Torre D. Chama, toda a gente sabe o que se passou com o Colégio estamos a falar de um Colégio Privado e que tem o apoio do Estado e que esteve em determinada situação que esteve em risco de encerrar, acho que até houve manifestações e tanto quanto eu sei a Senhora Presidente também apoiou a continuidade de Colégio e aqui é preciso assumi-lo com toda a frontalidade, houve de fato um acordo verbal uma intenção expressa, pelo anterior Presidente da Câmara no sentido de suportar os custos de funcionamento de uma turma de 10º ano que iria custar não oitenta e cinco mil euros, mas oitenta mil euros, Senhora Presidente é diferente são menos cinco mil euros, e isso é algum valor mas isso de fato não é o mais importante. Atendendo ao contexto político que vivíamos essa decisão em termos de Deliberação Camarária, deveria ser tomada depois das eleições, é verdade que assumi esses compromissos em nome dos interesses do Colégio de Torre D. Chama que julgo que a opinião do anterior Executivo e do atual Executivo deve manter-se em funcionamento, é importante para a Torre, é importante para as pessoas que trabalham no Colégio, funcionários, docentes, e até para a Direção do Colégio, penso que é de todo o interesse que o Colégio se mantenha a funcionar, independentemente da opinião que cada um de nós tenha relativamente à educação e relativamente á forma de organização da educação, mais estado menos estado, mais privado, menos privado, isto é uma questão ideológica, e penso que neste momento não é preciso estar a esmiuçar.

E penso que é tudo sobre esta questão das dívidas e volto a dizer às claramente dívidas ao Município, e há que reclamar essas dívidas, e agora quem tem que o fazer é obviamente quem está a gerir os destinos do Município de Mirandela.

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhor Vereador Rui Magalhães, fiquei satisfeito com a evolução que o assunto teve, as suas respostas foram mais concretas do que surgiram na ata, o que eu peço em nome da Assembleia que nos vão fazendo chegar a evolução de todo o processo, para ser analisado e vermos se no fim tem de haver responsabilização que tem de ser assumidas ou não.

**----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

Só para dizer que a responsabilidade da gestão e até podemos em falar em gestão danosa e isso são as coisas que estão a ser avaliadas como já disse, só vou dar um esclarecimento em relação às dívidas tentadas justificar pelo Senhor Vereador Rui Magalhães, de fato Mirandela XXI é uma sociedade que ainda existe, pois ainda não foi dissolvida em papel e que esses projetos existem foram entregues na Câmara Municipal e tiveram por parte do anterior Presidente da Câmara um acordo, em que assumia a dívida, estamos a falar de acordos, de há alguns anos e que nunca foram cumpridos, por isso é bom que esclareça essas situações, pois havia um acordo de pagamento faseado.

É óbvio de que quando não se cobram dívidas ao longo de anos, estamos a perder receitas para a Câmara Municipal e isso faz parte das boas práticas de gestão dos dinheiros públicos.

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

O Senhor Vereador Rui Magalhaes pediu a palavra só para responder muito rápido à Senhora Presidente e apenas só um esclarecimento.

Senhor Vereador acho que este assunto bem como outros devem ser discutidos em reunião de Câmara, e aqui à Assembleia só devem vir os resultados finais.

Mas faça favor.

**----- O Senhor Vereador em Regime de não Permanência Rui Magalhães (PSD) disse:**

Vocês têm convosco um documento que se chama o IX. Relatório do Semestral de Acompanhamento PSF e na pag 6 diz assim alínea d) diz assim: Dissolução da parceria público privada de Mirandela XXI e esta parceria foi dissolvida em Abril de 2012 e foi deliberada em 27 de Abril de 2012 na Ata da Assembleia nº 2 de 2012 a Proposta de aquisição dos projetos e dissolução da sociedade Mirandela XXI. Como vê está aqui escrito.

**----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

Não basta dissolver só na Assembleia Municipal, tem de ser dissolvida formalmente em papel e isso não aconteceu.

**----- O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia Membros da Mesa, Senhores Deputados, Senhora Presidente da Câmara Municipal.**

Senhor Presidente há pouco abordou um tema de péssima estratégia política, se o abordou necessariamente tínhamos que o discutir com o tempo, sob pena de temas falados e melindrosos e que depois de falta de tempo o tema não foi suficientemente escapulizado, assim a bancada do PSD remete futuras declarações e só depois de serem publicadas os resultados da Auditoria e era assim que devia ser.

Senhor Presidente vou apresentar à Mesa só uma Recomendação do PSD:

Pela devolução da taxa de resíduos de serviços não prestados aos Municípios do Concelho de Mirandela

O Município de Mirandela é a entidade titular que, nos termos da lei, tem por atribuição assegurar a provisão de serviço de gestão de resíduos, a gestão dos seus fluxos, bem como, a higiene e a limpeza dos espaços públicos em toda a área do Município.

A prestação deste serviço está por delegação de competências conferida à empresa - Resíduos do Nordeste, tendo por atividade a recolha e transporte de resíduo urbanos e rurais produzidos no concelho.

O executivo da Câmara Municipal de Mirandela considerou que, no âmbito da prestação de serviços de gestão de resíduos, alguns dos princípios estabelecidos não estariam a ser cumpridos e garantidos, tais como:

1-A qualidade e da continuidade do serviço prestado e da proteção dos interesses dos utilizadores;

2-A transparência na prestação do serviço;

3-A proteção da saúde pública e do ambiente;

Neste sentido, a Câmara Municipal de Mirandela, através da Sr.ª Presidente, Dr.ª Júlia Rodrigues tornou pública a decisão do executivo de não pagar os encargos mensais totais à empresa - Resíduos do Nordeste, visto que o serviço contratualizado não estava a ser prestado às populações, como iria apresentar uma fatura de cerca de 6 mil euros, sobre encargos contraídos pelo pagamento de horas extraordinárias aos funcionários da Câmara;

O Presidente do Conselho de Administração da empresa - Resíduos do Nordeste, Dr. Hernâni Dias, perante esta tomada de posição por parte da Câmara Municipal de Mirandela, veio posteriormente comunicar aos Municípios da Terra Quente que, não iriam ser taxados da prestação de serviços, referente aos 10 (dez) dias de greves a que estiveram sujeitos.

O Grupo Municipal do PSD expõe:

-Considerando que, se a Empresa Intermunicipal – Resíduos do Nordeste, através do seu presidente do Conselho de Administração considerou como ato de gestão adequado, face as reivindicações do Município de Mirandela, pela não cobrança da taxa de resíduos a este;

-Considerando que, se o Município de Mirandela não irá ser taxado pela empresa - Resíduos do Nordeste, por a mesma concordar, que não se deve cobrar de serviços que não foram efetuados nos 10 dias de greve;

- Considerando que, a resposta do Presidente do Conselho de Administração da empresa - Resíduos do Nordeste foi categórica e de acordo com as pretensões do Município de Mirandela; O Município de Mirandela deve apenas, cobrar-se de taxa de resíduos em montante igual aos seus municípios.

Exmo. Senhor. Presidente Assembleia Municipal, o Grupo Municipal do PSD, nesta recomendação, vem propor-lhe, mas muito mais importante, que interceda no seguinte:

1-Nas funções que representa nesta Assembleia e no âmbito das suas competências, que se torne fiel depositário, desta recomendação, para que o Executivo da Câmara Municipal de Mirandela analise em definitivo esta questão dos resíduos, para que depois decidam em conformidade, isto é pelos superiores interesses dos municípios e das famílias mirandelenses;

2-Se no resultado encontrado, se verificar à data, a cobrança de taxas de resíduos indevidamente, que estes municípios-consumidores-pagadores de serviços sejam ressarcidos dos seus meios, mediante concordância, assim o esperamos, por parte do executivo do Município de Mirandela.

**----- O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS/PP) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores e aos jovens aqui presentes, Senhores Jornalistas e Público.**

Muito Bom Dia. Nestes anos que marcam as primeiras duas décadas do século XXI, tem sido o Turismo apontado como o motor de desenvolvimento quer Internacional, Nacional e até Local. Em Portugal essa tendência tem dado alguns frutos até saborosos traduzindo-se em mais-valias para as populações, são exemplo cidades como: Lisboa, Porto, Coimbra Aveiro, Faro, Braga e muitas outras, enquanto isso verifica-se que algumas autarquias principalmente no Interior, ainda não repararam na



importância que o Turismo têm para as suas localidades, se por um lado à atividades, ações que promovem os produtos locais e o património, embora com alguma falta de eficácia em alguns casos, por outro à ações, tradições, que se perdem e que não se promovem que caiem no vazio. Neste caso dizemos que não há uma visão estratégica para o desenvolvimento local, onde está incluído o turismo e neste caso o desenvolvimento local.

Pois se houvesse todas as possibilidades seriam aproveitadas, as tradições também.

Por exemplo vejamos o caso de Mirandela, neste mês de Fevereiro, que inclui o mês de Carnaval, que ações foram levadas a cabo no dia 11 domingo, véspera do dia de Entrudo, com vista ao aproveitamento turístico do concelho, e no dia 13 terça-feira de Carnaval, o que fez a autarquia para promover alguma dinâmica que desencadeasse algum impacto nos turistas que eventualmente nos visitam nesta altura e pudessem atrair muitos outros.

Não demos conta que alguma ação tivesse acontecido, de tal forma que, pelas ruas da cidade as pessoas ficaram estupefactas pelo facto de nem um mini cortejo de carnaval nem um pequeno grupo de aficionados para aquecer um dia de inverno, não esquecendo que Mirandela é a terra das alheiras e dos Bombos. A animação dos outros anos desaparecera, por isso é legítimo que colocamos à Senhora Presidente da Câmara aquelas e outras questões que os municípios gostariam de ver esclarecidas.

1- Se houve anos em que a Associação Cultural de S. Tiago, organizava os festejos de Carnaval, porque não o fez este ano?

2 - Era paga para tal ou não?

3 – Se o era porque este ano não o foi?

4- Porque a Câmara Municipal, não promoveu contatos necessários e suficientes para se arranjar alternativas, para que houvesse alguma animação nesse dia, permitindo àqueles Mirandelenses que quisessem participar, provocando convívio e momentos de alegria de folia carnavalesca. Se há tantas Associações Culturais e Recreativas no concelho para participarem em atividades deste tipo, desde que devidamente motivadas e esclarecidas para tal.

Gostaríamos de saber o real motivo desta apatia pelo dia de carnaval de 2018 em Mirandela, que levou a que nada houvesse em relação a atividades lúdicas, culturais na cidade, que ajudassem a promover o turismo local e simultaneamente que correspondesse aos anseios de muitos mirandelenses, que até estavam dispostos a mascararem-se e até irem para a rua e participarem nas expressões carnavalescas com os demais.

Acreditamos que não foram razões de carácter orçamental, pois nós podemos dar sugestões em como não traria acréscimo de despesa ao Município.

Registamos este momento de inercia da Senhora Presidente para os Mirandelenses e que foi uma desilusão que este novo Executivo Camarário lhes provocou.

Para terminar quero lembro que o cortejo carnavalesco das escolas de Mirandela na sexta-feira anterior deveriam ter mais dois ou três grupos de música pelo meio, isto para ajudar a dar um ambiente mais festivo, não só para os jovens que integravam o cortejo, mas também para a população.

Teria sido fácil à autarquia ou outra entidade contribuir para mobilizar por exemplo o Grupo de Bombos do Franco ou outros grupos que quisessem participar, e até alguns voluntários do Grupo de Bombos de Mirandela.

Repare-se numa pequena diferença entre o cortejo Escolar de Vila Flor, com a população escolar muito inferior ao de Mirandela, levava dois grupos de bombos e um carro com música.

O de Mirandela levava um grupo de bombos e mais nada, ou ainda melhor, levava lá uma jovem de bem tenra idade que bem no meio sozinha e com um pequeno bombo e que bem se esforçava para se fazer ouvir, os meus parabéns para ela e para todos que participaram.

A minha sugestão é que o Agrupamento de Escolas de Mirandela em colaboração com a Câmara possa vir a fazer melhor, pois é Mirandela que fica a ganhar.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores e, um cumprimento muito especial à juventude.**

Por não ter sido possível responder por escrito ao Senhor Deputado Paulo Pinto – como disse que iria fazer –, relativamente a algumas das suas afirmações proferidas na Sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro, a respeito da minha intervenção no dia da Tomada de Posse, julgo adequado fazê-lo agora neste espaço.

Dizia um amigo, que muito estimo e considero, a quem mostrei o texto no dia anterior: “*O teu discurso vai ecoar na sala e no tempo!*”

Perante os factos parece que fez eco na sala naquele dia, e está a fazer eco no tempo – passados quatro meses ainda temos de falar destes assuntos?! Acreditem que não era o meu desejo e penso que poderemos ficar por aqui. Para mim já basta!

Entretanto e seguindo o princípio de que um transmontano só recua para tomar balanço não ficaria bem comigo mesmo se não dissesse nada!

Assim, com autorização do Senhor Presidente da Mesa, dirijo-me a V. Ex.<sup>a</sup>

Caro Senhor Deputado Paulo Pinto, com o devido respeito, permita-me que lhe diga, antes de mais. As minhas afirmações estão devidamente fundamentadas e suportadas por prova documental, que poderei exibir a todo o momento e só falarei dessas, deixando em aberto tudo o que é a voz do povo sobre estas questões e que ouvimos contar em todos os cantos e esquinas a ponto de quase serem considerados normais certos procedimentos em período eleitoral.

Parece ter ficado muito incomodado com a frase:” contai comigo sempre que a Democracia estiver em perigo na nossa terra”.

Sobre isto, Senhor Deputado, quer goste ou não, fique sabendo que foi um mirandense, amigo e colega da minha idade, que o disse com propriedade, com verdade e de forma muito sincera e que só não está aqui nesta bancada por ter uma profissão pública que o absorve a tempo inteiro...!

Manifestou ainda V.Ex.<sup>a</sup> desagrado por eu ter referido “expedientes menos próprios” e pergunta “se em Mirandela ao longo dos tempos, as eleições foram ou não ganhas de forma limpa, séria e transparente, como as realizadas este ano?”

Bem da minha parte, a resposta possível é apenas a apresentação de alguns factos concretos e objetivos que, como já disse, estão suportados por prova documental tais como:

O estranhíssimo aumento do número de eleitores nalgumas freguesias, entre o dia 17 de julho e o dia 1 de setembro de 2017;  
Os igualmente estranhos eleitores que ninguém conhecia de lado nenhum;  
O voto antecipado com algumas justificações também muito estranhas, um documento justificativo escrito em alemão, a ausência no Brasil justificada por uma empresa sem qualquer ligação ao eleitor, enfim;  
A presença constante e insinuante dos Presidentes de Junta cessantes, junto das mesas eleitorais no dia das eleições;  
As faturas relativas a pavimentações e outras obras conexas apresentadas, agora, às Juntas de Freguesia e para as quais não houve qualquer procedimento prévio de contratação em termos legais.

E as provas são:

Os próprios cadernos eleitorais fornecidos pela Câmara Municipal e também publicados em Diário da República;

A ata da Assembleia de Apuramento Geral, presidida pelo Senhor Juiz de Direito;

As mensagens trocadas com a Comissão Nacional de Eleições e restantes documentos citados.

Se o Senhor Deputado considera estas práticas sérias, limpas e transparentes, afigura-se que estamos perante uma inversão de valores com a qual nunca poderei concordar e que nem sequer me atrevo a classificar.

Obrigado.

**----- O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Se o Senhor Deputado tem documentos, provas de tudo que disse, então faça queixa ao Ministério Público.  
Muito obrigado.

**----- O Senhor Deputado Municipal, Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

É com alguma estupefação que tomamos conta da listagem das dívidas à Câmara Municipal e também das declarações que o Senhor Vereador Manuel Rodrigues disse e vou citar, *”quando lhe perguntaram se tinha um acordo verbal com a empresa Trandimontana, e ele respondeu que não havia nenhum acordo verbal”*.

O Senhor Chefe de Divisão Financeira, pronunciando-se nesta reunião de Câmara vou citar o que disse: *“autorizado a intervir João Paulo Fraga, disse que supostamente a coordenadora anterior Dr<sup>a</sup> Fátima Fontoura, estaria por dentro do assunto e aqui o Senhor da Trandimontana se teria deslocado ao GAM e teria dito que não pagava porque o Senhor Vereador lhe terá dito para não pagar”*. Isto é uma afirmação muito grave, e peço a atenção dos Senhores Deputados e demais presentes na sala, para o que diz o artº 310 do Código Civil no ponto 1 que as rendas e o aluguer devidos pelo locatário, prescrevem no prazo de 5 anos.

E também diz o Código do Procedimento Administrativo no seu artº 310, diz que é punido com pena de prisão até 5 anos ou com pena de multa até 60 dias.

Aqui o que nos interessa saber é se até à data a Câmara Municipal no antigo Executivo, fez o pedido para que o infringido fosse obrigado a pagar. Portanto gostava de saber se foi feita essa notificação e quando, e se foi feita a notificação por carta ou verbal.

Muito obrigado.

**----- O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Professores e alunos.**

Quero em nome do grupo parlamentar do PSD congratular-me com a alteração de estatuto, desde o passado dia 2 de janeiro, da esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Mirandela, da categoria de destacada ao estatuto de complexa. Trata-se, segundo Amândio Correia, comandante distrital da PSP de Bragança, de uma decisão da direção nacional da PSP.

Importa, contudo, para que melhor possamos entender o processo fazer uma leitura cronológica do historial da PSP em Mirandela, fazendo apenas menção à sua instalação e mais algum destaque aos últimos 10 anos.

No início dos anos 50 do século passado, entenda-se 1950, mais precisamente em 24 de janeiro, instalou-se em Mirandela a PSP. Na altura tinha apenas um subchefe e 11 guardas. Portanto fez, dia 24 de janeiro do ano corrente, 68 anos de presença em Mirandela.

Cingindo-me, então, à última década.

- 27 de abril de 2008 - O Sr. ministro da Administração Interna, Rui Pereira, assinou o protocolo para a substituição de uma das mais degradadas esquadras da PSP, a de Mirandela, com a promessa da manutenção de todas as forças de segurança no distrito de Bragança, era presidente da Câmara o Dr. José Silvano, que em nome do município doou o terreno e o Governo disponibilizou 1,5 milhões de euros para a nova esquadra – previa-se um ano e meio para a construção. 17 de maio de 2011 - O ministro da Administração Interna, Rui Pereira, inaugurava as novas instalações da PSP de Mirandela que substituíam uma das esquadras mais degradadas do país com quase um ano de atraso em relação ao previsto.

- 31 de julho de 2015 – Noticiava o Mensageiro que a Direção Nacional da PSP prometia promover a esquadra de Mirandela a esquadra complexa logo que os novos estatutos da Polícia de Segurança Pública fossem aprovados. Referia ainda o Diretor Nacional em substituição, o Superintendente Chefe José Ferreira de Oliveira o seguinte:

*“É ideia desta Direção Nacional que, se aprovados os regulamentos e leis que estão a ser preparadas, esta esquadra irá ser comando de comissário, designada por complexa. Mais referia que o assunto deverá ser discutido hoje mesmo em Conselho de Ministros e, caso seja aprovado, cumpre-se uma reivindicação antiga, que o presidente da Câmara de Mirandela fez questão de recordar”*.

Dizia então António Branco, Presidente da Câmara, o seguinte:

*“Ficamos à espera de uma reestruturação orgânica que ainda não surgiu. Os estatutos têm vindo a ser adiados e poderão ser novamente para depois das eleições. Achamos que tem de haver algum tipo de decisão ao mais alto nível de comando. Gostaríamos de ter um reforço de efetivos”*,

Continuava dizendo: *“que era uma reclamação que faz todo o sentido tendo em conta a boa estruturação e as novas complexidades que pedimos à PSP, não só a nível social e do policiamento de proximidade que implica uma alteração”*.

- 21 de abril de 2017 – Na reunião ordinária do executivo camarária o Senhor Presidente, António Branco, em resposta a uma questão levantada pelo Senhor Vereador, José Manuel Morais, informou:

“Que em relação à Esquadra da PSP, o historial é conhecido, é uma reclamação que existe desde o dia em que foi inaugurada e que eu manifesto sempre nas sessões públicas e foi algo que o Senhor Secretário de Estado, no último aniversário em que esteve presente, disse que isso ia acontecer.” (Entenda-se passagem a esquadra complexa).

Agora, “aquilo que me foi transmitido da última vez que abordei este assunto foi que está a ser preparada uma reestruturação da PSP. Está a ser feita uma nova Lei Orgânica e que no âmbito dessa nova Lei Orgânica seria criado um Comissariado e não uma Esquadra Complexa, porque a Esquadra Complexa teria de ser de um nível diferente e assim já não seria possível.

- 2 de janeiro de 2018 - Esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Mirandela, passa da categoria de destacada ao estatuto esquadra complexa. Contudo, manteve-se o seu efetivo em cerca de 60 agentes (ao serviço cerca de 40) e as 3 seções existentes, a saber: trânsito, investigação criminal, programas especiais.

Aos olhos da população trata-se apenas da mudança de chefia que passa de um Subcomissário a Comissário, cargo desempenhado por Bruno Machado nos últimos 4 anos e cargo agora desempenhado por Rui de Carvalho, respetivamente, que regressa à esquadra que já chefiou durante 16 anos na qualidade de Comandante. A ambos muito obrigado, um pelos serviços prestados e ao outro a prestar, desejando-lhes desde já as maiores felicidades pessoais e profissionais.

Aqui chegado parece-me legítimo dizer que nos sentimos felizes por ver parte de uma reivindicação dos autarcas de Mirandela, que já vinha desde 2011, estar satisfeita.

“É melhor alguma coisa do que nada!”

Contudo, deixaremos algumas questões para as quais não encontramos resposta.

1- O porquê de ter sido tão pouco mediatizado esta alteração de estatuto?

2- O porquê de se tratar apenas, ao que parece, de um processo administrativo de mudança de chefia?

3- Será que se vai passar o mesmo que se passa na urgência médico-cirúrgicas em ficámos com o estatuto, mas sem os serviços?

4- Para quando o reforço de efetivos?

Finalizo deixando expressa a nossa total disponibilidade para continuar a fazer a pressão necessária para que esta esquadra seja dotada dos meios humanos e materiais de uma esquadra complexa, de forma a aumentar a segurança de pessoas e bens que todos desejamos.

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Beato (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Esta intervenção tem a ver com um ano muito especial na Europa e em Mirandela pois tem a ver com o ano do Património Cultural

Ano Europeu do Património Cultural

Património Cultural Edifícios ou sítios de valor histórico da nossa região, etnografia e que inclui também nosso o Património natural ambientes geológicos, habitats de espécie etc.

O nosso Património material tem aspetos essenciais que é o Imóvel: sítios urbanos, paisagens, os Móveis que podem ser transportado de um lado para o outro, coleções em museus, fotografias, arquivos e o Imaterial, tradições que preservamos, sabores, lendas, músicas, costumes, celebrações, festas populares.

Nós vivemos em Mirandela, no Interior Norte de Portugal.

Mas, o alargamento do nosso olhar com a ajuda das tecnologias transformou a terra fragmentada em una, deixamos de viver sozinhos, questionamos outros modos de pensar, viver e conviver e ganha importância o nosso modo de agir.

A nossa identidade é partilhada. Na nossa terra a cultura e a identidade fundem-se, o património e identidade faz de nós quem somos, torna-nos diferentes e identificáveis, temos relações afetivas com um lugar e as pessoas que lá vivem, o que configura a nossa vida, a nossa experiência e a nossa memória. A nossa identidade dá sentido às nossas experiências e valores, é para nós importante o sentimento de pertença ao Interior Norte de Portugal.

Na realidade, tem vindo a aumentar o interesse público pelo património local, popular, histórico e familiar.

A globalização dá-nos a medida da unicidade do género humano. A diversidade de cada lugar dá-nos a medida da riqueza que constitui essa globalização.

Neste ano do Património Cultural proponho ao Pelouro da Cultura e Educação que ponha em prática a execução de medidas para a pedagogia, educação dos jovens, da diversidade da nossa riqueza cultural.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Débora Pereira (PS) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Como é do conhecimento público o pagamento das senhas de presença dos Senhores Deputados eleitos pelo PSD no ano de 2017 foi efetuado diretamente da conta do Município para a conta do partido.

E pensam os Senhores Deputados, o dinheiro é meu posso doá-lo a quem eu muito bem entender, e pensam muito bem!

No entanto e para isso é necessário o consentimento formal de cada um para o efeito, o que de facto não aconteceu.

A questão que aqui se levanta é exatamente essa, os pagamentos foram efetuados para a conta do partido sem que para isso os Senhores Deputados eleitos pelo PSD tivessem declarado o seu consentimento formal para esse efeito.

Consentimento esse que deverá ser livre e esclarecido à luz da lei, o que não aconteceu, tendo isso ficado bem claro através de um comentário público nas redes sociais que diz e passo a citar “ Eu era deputado municipal e comigo ninguém falou para eu ceder as senhas de presença ao partido, até porque eu tenho as quotas em dia, fiquei realmente admirado com esta atitude, de alguém decidir por mim aquilo que só eu tenho que decidir.”

Senhor Presidente da mesa, Senhores Deputados, não vale a pena alegarem a velha máxima de que “quem cala consente”, ou que “já passou muito tempo e ninguém se queixou”, como alguém também afirmou.

Não é assim, não é assim que se procede num Estado de Direito que tem como máxima o princípio da legalidade. Além disso, muitos dos Senhores Deputados só agora tiveram conhecimento desta situação, e como referi anteriormente já demonstraram publicamente o seu desagrado.

Tudo isto, Senhores Deputados, não foi inocente, ou não estivéssemos nós em ano de eleições onde todo o dinheiro era pouco para a campanha que se avizinhava.

Assim, o anterior Executivo aproveitando-se da sua posição de supremacia de partido no poder, ordenou que os pagamentos dos Senhores Deputados eleitos pelo seu partido fossem efetuados diretamente para a conta do partido. Repito, sem que para tal estivessem legalmente autorizados, tratando-se desta forma de uma imposição, desrespeitando-se até o próprio princípio da liberdade.

Além da questão legal da falta de consentimento de cada um dos Senhores Deputados, outra questão não menos importante se levanta, poderemos estar aqui perante uma forma de financiamento ilícito do partido, à luz da Lei do financiamento dos partidos políticos.

Como sabiamente o povo diz “*Vale a pensar nisto*”.

Muito obrigada!

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, alunos.**

Só quero dizer à Senhora Deputada meta isso no Ministério Público, senhora Deputada, está bem?

E agora vou propor ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, um Voto de Pesar. Mas só quero fazer aqui um pequeno reparo. O Senhor Presidente da Mesa e o meu querido amigo José António é um bocado falacioso também nisto, quando estava na oposição, diz que era quando estava na Ordem de Trabalhos, mas há bocado também não estava na Ordem de Trabalhos, já estava tudo bem, não é, e não disse nada, se fosse antigamente dizia que não estava na Ordem de Trabalhos, dou-lhe os meus Parabéns Senhor José António.

E agora vou fazer esta Proposta.

**“Voto de Pesar**

“Setenta e cinco anos do Campo do Tarrafal “eles queriam aterrorizar a oposição”

- Preso aos 15 anos;
- Aos dezassete deportado para o campo do Tarrafal;
- Viu amigos a morrer ao lado;
- Entrou para a juventude comunista na década de 30;
- Distribui panfletos do partido com 13 anos;
- Conhecia um mirandense, anos 40 “ O Maurício.”
- Viram morrer o primeiro Secretário-Geral do PCP, falecido no Tarrafal, chamado Bento Gonçalves.

O seu nome é *Edmundo Pedro*.

Pedia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que colocasse esta proposta em discussão e que a mesma fosse votada, realizando esta Assembleia um minuto de silêncio, por este resistente anti-facista, e quando houver oportunidade, colocar o nome de Edmundo Pedro, a uma rua desta cidade.

Enviar cópia da ata à família.”

Também quero apresentar um “Voto de Felicitações e Louvor “Proposta – Estratégia Portugal 2030

Tomada de Posse na Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da Estratégia Portugal 2030.

“Voto de Felicitações e Louvor”

Não podia deixar de propor nesta Assembleia, e poder partilhar com todos os Deputados desta Assembleia, expressar a minha alegria e satisfação em ver a nomeação de um nosso conterrâneo e nosso Deputado na Assembleia da República eleito pelo Distrito de Bragança pelo PPD/PSD, José Maria Lopes Silvano ser nomeado como membro efetivo e Tomar Posse na Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da Estratégia Portugal 2030.

Esta Comissão vai preparar a distribuição dos próximos Fundos Comunitários para 2030.

Sendo Bragança e o Nordeste Transmontano uma das regiões que fundamentam a aprovação dessas verbas é com enorme satisfação e orgulho que vejo um Deputado eleito pelo PSD pelo Distrito de Bragança fazer parte como membro efetivo dessa Comissão.

- Pedia ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que colocasse esta proposta em discussão e que a mesma fosse votada.

- Dar conhecimento ao Senhor Deputado da Assembleia da República “José Maria Lopes Silvano” do teor desta deliberação.

----- **O Senhor 2º Secretário, José António Ferreira, disse:**

Muito obrigado senhor Deputado António Figueiredo, a proposta para o minuto de silêncio pretende que seja feita no final deste ponto Antes da Ordem do Dia? Pode ser assim?

De resto oferece-me apenas dizer-lhe que relativamente à referência que fez a mim seguramente haverá algum equívoco porque ao longo da Sessão de hoje não me pronunciei sobre nenhuma questão sobre a ordem de trabalhos.

----- **O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, Paulo Pontes (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Público.**

Nem tinha ideias de intervir mas ao longo da Sessão vão surgindo discussões que nos levam a intervir. Eu como professor de profissão, começo a por em dúvida que os nossos alunos devem ser estimulados, para a política e para prestarem serviços



públicos e tudo o mais, duvido que saiam daqui com mais vocação pelo menos até agora, do que aquela que traziam para o exercício de cada função.

E também para dar resposta à Senhora Deputada Débora, pois eu não sei, ou se eu não ouvi bem, e se ela também incluiu os Presidentes de Junta nessa situação, pois eu posso dizer que sou Deputado Municipal há muitíssimos anos, sendo um dos mais antigos eleito e o partido PPD/ PSD e o PS para por tudo ao mesmo nível, na altura nunca ficaram com as minhas senhas de presença.

Também à outra questão que foi aqui colocada por uma aluna da Escola aqui presente, que foi se a Senhora Presidente está a tomar alguma providência em relação ao período de seca que estamos a atravessar, e provavelmente este ano terá muito mais consequências do que o ano passado.

Se me permite a propósito disso, hoje tive uma reunião com a Senhora Presidente da Câmara na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Franco Vila Boa, foquei ou tentei focar três assuntos com a Senhora Presidente um deles foi que também que havia, mas não há e honra lhe sejam feitas que não há qualquer questão económica pendente, mas havia assuntos que foram tratados com o anterior Executivo e assumidos verbalmente e que seriam levados a efeito este mandato.

Depois falei-lhe noutro assunto que foi duas questões:

A primeira foi, e até aproveito esta oportunidade para a tornar pública, para que todas as pessoas vão tomando consciência do problema que é a prevenção para a seca e tomar medidas contra a seca.

Propus e já ando a fazer isto há vinte e muitos anos, e fi-lo com todos os Executivos que por aqui passaram e fi-lo com a Senhora Presidente, pois eu não consigo perceber e se não houver razões técnicas de qualquer ordem para que isto aconteça, não consigo entender porque sendo o Franco o limite do Concelho, do Distrito de Bragança, Vila Real, e faz fronteira com o concelho de Murça, passa ali uma linha de água e ainda bem e em tempos de seca nunca secou e passa num sítio em que os solos não são aráveis de momento, estão a monte e não acarretaria penso eu, a grandes indemnizações, e eu não consigo entender porque nunca se tentou até hoje até em termos práticos criar ali uma reserva de água.

O Franco e Vila Boa até têm bastante floresta, só não entendo porque ninguém ainda ali fez uma grande reserva de água numa linha que nunca secou, e essa reserva fosse criada. Mais uma vez deixo aqui o apelo, e a Senhora Presidente achou e deu uma grande importância ao assunto, não sei se entretanto já deu seguimento, se calhar não, porque só foi no dia 5 de fevereiro que tivemos essa reunião.

O outro assunto que falei foi de um assunto cultural, em que eu propus à Senhora Presidente, e que nós também estamos empenhados, e o trabalho será todo nosso mas também é preciso haver dinheiro, em fazer uma monografia muitíssimo aprofundada e muitíssimo abrangente da então Freguesia do Franco.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Rita Messias (PS) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores**

Bom Dia a todos

As lentes partidárias não nos ajudam a ver e a compreender o ponto de vista dos outros.

Por isso, quando alguém discorda de nós, temos tendência a achar que está errado, no entanto, é apenas uma forma diferente de ver a mesma realidade. Se nos abirmos e ficarmos recetivos a ouvir a opinião dos outros, podemos obter uma visão mais ampla, é assim que começam as revoluções e o progresso. Muitas vezes tem que haver uma rutura com a tradição, com o modo antigo de pensar e com os velhos paradigmas.

A utilização das lentes partidárias são bem evidentes nos discursos apresentados pelos senhores deputados do PSD, só assim se compreende as afirmações de alguns deputados, nomeadamente do Senhor Deputado Dinis que diz, referindo-se à 1ª Assembleia da tomada de posse, como “nunca tinha assistido a um espetáculo tão degradante e humilhante.....” quando na realidade o que assistimos naquele dia foi a um momento de verdadeira democracia como nunca se tinha vivido em Mirandela, com uma participação sem precedentes por parte dos cidadãos! Por isso, só me resta dar os parabéns aos Mirandelenses.

Também não acredito que o lugar onde nos sentamos nos possa retirar a nossa dignidade e o respeito que merecemos porque o conquistámos Sr. Deputado e não é um lugar que diminuiu aquilo que se conquista.

Contudo, compreendo a “revolta e indignação.” Do senhor deputado, pois apesar da participação do público ser tão expressiva, os responsáveis máximos deste concelho, do seu partido, não estiveram presentes, muito menos enviaram qualquer mensagem pública de homenagem aos eleitos, por isso, compreendo perfeitamente a sua revolta e com certeza também a de outros.

Cada vez acho mais importante centramos a nossa vida em princípios universais e imutáveis. Muitas vezes centramo-nos no trabalho, na família, no dinheiro, nos partidos, nos cargos...mas tudo é efémero.

Ao centrarmos a nossa vida nos princípios universais, criamos bases sólidas que, ao contrário dos outros centros baseados em pessoas, lugares, partidos ou coisas que estão sujeitas a mudanças, estes não mudam e podemos contar sempre com eles, mesmo perdendo tudo o resto.

Eles não ficam irritados, nem nos maltratam, não se perdem, não nos passam a perna, não morrem, nem nos deixam sozinhos nos momentos difíceis. São sólidos que nos ajudam a suportar a vida com consistência beleza e força, tal como as árvores que tem boas raízes, se mantêm firmes perante fortes temporais.

Quando tomamos decisões baseadas nestes princípios, estamos a ser coerentes com o que nos guia e estamos tranquilos com a nossa consciência.

Se a nossa consciência nos indica a opção que devemos tomar, somos livres de escolher as nossas ações qualquer que seja o partido pelo qual damos a cara.

Senhores deputados e Senhor Presidentes de Junta, esta é a casa da democracia, aqui dentro estamos todos para servir os superiores interesses deste concelho, de tomar posição sobre o que é melhor para o concelho e não para servir interesses pessoais ou de cada partido.

Estamos aqui para defender os interesses de quem nos elegeram e que, nada tem a ver com os partidos, pois nas eleições autárquicas a população vota nas pessoas e não nos partidos. A prova disso é que muitos dos presidentes de junta, alguns aqui presentes, quer se candidatem pelo partido A ou pelo partido B ganham sempre, o que prova que a população confia na v/

honestidade e integridade e que espera que defendam aquilo que são os seus interesses, esta é que é a verdadeira prova do v/ carácter e honestidade. Por isso, não hesitem em seguir a v/ consciência independentemente de agradar ou não ao partido pelo qual foram eleitos.

Se não houvesse esta liberdade, então não era necessário haver votações contavam-se as pessoas eleitas por cada partido e estava o serviço feito! Por isso, não se deixem intimidar, nem permitam que os tentem diminuir.

Aqui dentro todos devemos seguir o princípio da liberdade e da imparcialidade que é um direito que nos assiste, por muito que custe a aceitar seja a quem for.

E é com este espírito focado na procura do que melhor possa servir os interesses do concelho que eu espero que estejam imbuídos, todos os eleitos e nomeados para as várias representações nas diversas comissões, conselhos e Associações, desejando um excelente trabalho a todos, e que, ao contrário do que tem acontecido nos mandatos anteriores, por muitos eleitos, esperamos que neste, esta Assembleia tenha conhecimento das conclusões e venha a beneficiar do resultado da participação de cada um.

Por fim, e como esta é a primeira Assembleia de 2018, quero desejar a todos um excelente trabalho e votos de muitas felicidades.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Nuno Magalhães* (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores**

Vão-me permitir com certeza que hoje me dirija em especial ao público que está aqui presente, Sempre me disseram que a Juventude é o futuro, mas eu quero vos dizer que a Juventude é o presente, e eu também me incluo como vocês na faixa da Juventude, nós somos os obreiros do nosso futuro e é no presente que temos de o construir, no PSD, na JSD, sempre defendemos que tem de haver uma ligação entre o ensino e a atividade política e a participação cívica, sempre defendemos que é na escola que começa o ensino da participação cívica.

E hoje quero cumprimentar os professores por terem tirado os alunos das salas de aula, e os trouxeram aqui à Assembleia para em contexto real verem como é a Assembleia Municipal.

Aos alunos quero-vos dizer que também comecei aí desse lado, pois vinha assistir às Assembleias para ouvir os nossos Deputados falar.

Particpei nas Associações de Estudantes, núcleos de estudantes, associações académicas e juventudes partidárias e fi-lo porque sempre acreditei que posso mudar o mundo e que a minha voz é mais que um direito e uma responsabilidade, responsabilidade de fazer cada vez mais, responsabilidade de não nos calarmos, responsabilidade para o nosso futuro, por isso peço-vos acreditem em vocês e não tenham medo de dizer. Quero também cumprimentar e saudar as alunas que hoje vieram fazer perguntas ao Executivo. Também vos queria desafiar que em todas as Assembleias viessem aqui a apresentar questões e a saber como é o vosso futuro, como vai ser o futuro do vosso Distrito do vosso Concelho e da vossa Freguesia, do vosso Bairro, temos que ser ativos, por isso mesmo hoje não podia perder esta oportunidade para solicitar à Mesa da Assembleia e ao Executivo para que sejam feitas todas as diligências, para que se reative a Assembleia Municipal Jovem. Dentro da Escola vocês também podem começar a aprender como funcionam as Assembleias Municipais e verem que a política não é aquele espetáculo deprimente que as vezes assistimos, mas sim um exercício de responsabilidade e a construção de um futuro.

Peço-vos que não desistam que acreditem e espero que daqui a alguns anos vocês estejam aqui ao meu lado seja, no PS, no PSD, CDS ou na CDU e que defendam os vossos ideais.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Ricardo Fidalgo* (CDS/PP) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores**

A minha intervenção vai ser feita na base da saúde, quem não me conhece sou enfermeiro em Vila Real, e professor convidado na Universidade de Trás-os-Montes na Escola de Enfermagem.

Gostaria que me esclarecessem a mim e ao público aqui presente o porquê de haver em Mirandela dois Hospitais e várias Clínicas não com a dimensão do Hospital Privado Terra Quente, o porquê de estar a ser apoiado e sempre esteve apoiado pela Câmara Municipal e as outras Clínicas não.

O que pretende fazer o atual Executivo, apoiar um Hospital por ter grandes dimensões ou apoiar também as outras clínicas que eu conheço e faço também parte, dentro das minhas habilitações, e porque também não tem direito como o Hospital Terra Quente. Também o porquê de terem sempre fiscalizações à porta e o porque do Hospital Terra quente raramente têm.

Qual o papel que o atual Executivo vai ter em relação a isso, gostava de ser esclarecido e de maneira a que todos os municípios possam também ter conhecimento, pois acho lamentável que uns tenham e outros não.

Eu como professor digo sempre aos meus alunos se o Público não dá resposta o Privado também não, por isso o que devíamos apoiar é o Público.

Na última Assembleia foi proposto que ia haver carrinhas móveis para irem às aldeias em colaboração com a Unidade Local de Saúde, então o porquê de estarem a apoiar o Hospital Privado e não as outras Clínicas.

È esta a minha questão e gostaria de ser esclarecido.

Como veem não trabalho em Mirandela, mas estou a lutar por uma Mirandela, melhor e mais igualdade e oportunidade para todos.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins* (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Esta é a minha primeira intervenção, na Assembleia Municipal no decorrer deste mandato 2017-2021. Pese embora já o tenha feito individualmente a cada um de vós, aproveito o momento para renovar os votos de um bom mandato a todos os autarcas eleitos para os diferentes órgãos locais do nosso concelho e que possa ser proveitoso para as gentes da nossa terra.

O orçamento de estado para 2018, trouxe ao de cima, o continuo desrespeito e abandono que ao longo dos anos os sucessivos governos e municípios deixaram a nossa floresta e as áreas urbanas do meio rural. A limpeza dos terrenos dentro da área urbana para este ano é sustentado numa lei do ano de 2006, e tem como data limite o 15 de março, para uma primeira fase de intervenção. De realçar que para esta primeira fase no nosso concelho estão 7 Freguesias, onde a Freguesia de Cedães se inclui. Em novembro passado, mais concretamente no dia 14, fiz uma exposição ao Conselho de Ministros, tendo em conta os projetos que foram aprovados para a prevenção de cinco áreas protegidas do nosso país, perguntando qual o critério para a escolha dessas mesmas zonas de intervenção.

Recebi no dia 2 de Fevereiro de 2018, uma resposta por parte da Senhora Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, que aqui vos anexo e que peço ao Sr Presidente da Assembleia que a faça chegar a todos os membros.

Dei conhecimento dessa resposta aos deputados eleitos pelo Distrito de Bragança e Exma Srª Presidente do Município de Mirandela, para que possa merecer uma reflexão e se assim o entenderem tomarem uma posição sobre esta matéria. Como sabem no nosso território, temos uma riqueza de fauna e flora a que nos chamamos de Quadraçal. Zona classificada como Rede Natura 2000. Uma área classificada, que cria tanto constrangimento quando pretendemos fazer algo mas que não merece a atenção do estado central para políticas florestais, pois a mesma não tem a designação de área protegida.

Será que vamos estar a espera que esta área arda e que se torne um inferno ao vivo para os 5 aglomerados populacionais que se encontram no seu interior? Ou será que vamos ter de passar por esta tragédia, para que o governo central possa tratar esta área classificada com a importância que ela merece?

O Quadraçal é uma zona rica de fauna e flora e engloba dois dos melhores exemplos em Portugal de habitats pouco frequente num excelente estado de conservação. Falamos de sobreiras e zimbro. Uma riqueza viva da nossa natureza com um produto de excelência que é a cortiça. Só por desconhecimento é que uma área desta natureza pode passar sem merecer por parte do Governo central a devida atenção.

Pois se fosse de outra forma, as Freguesias do Romeu/Avantos, Vale de Asnes, Freixeda/Vila Verde não ficariam com toda a certeza de fora da primeira e segunda fase prioritária de intervenção.

Senhor Presidente da Assembleia e Senhora Presidente do Município, pedia que:

1. Seja remetido ao respetivo Governo uma carta a dar conta desta preocupação;
2. Seja criado um plano de intervenção prioritário por parte do Município, para esta zona, tendo em conta que as populações apenas dispõem de uma via de acesso, as localidades, não tendo outra que possa servir para evacuação, estando as mesmas em desconformidade com a lei;
3. Que seja criado o perímetro de segurança à volta do aglomerado populacional em conformidade com a lei e a obrigação das equipas da Protecção Civil;

Senhor Presidente da Assembleia termino com a minha intervenção deixando aqui uma referência a água.

Água vital para o combate aos incêndios, mas também acima de tudo, bem essencial para a sobrevivência humana.

O ano de 2017, expos as fragilidades do nosso concelho em matéria de fornecimento e abastecimento de água. O ano de 2018 não almeja nada de melhor.

Situação para a qual o Município não pode ser responsabilizado, pois as alterações climáticas e a seca que se tem feito sentir tem um impacto significativo no nosso concelho.

Mas, porém, a falta de responsabilidade do Município, não pode ser sinónimo de despreocupação e com isso pode e deve interceder junto do Governo central para que sejam postas em prática políticas públicas que visem minorar os efeitos da seca.

Pergunto à Senhora Presidente do Município, se:

- 1-O concelho de Mirandela vai beneficiar dos 50 M€ que o Ministro Capoulas dos Santos anunciou para regadio em Vinhais?
- 2- Se nesses 50 M€ estão incluídos os regadios já previstos de Contins e a Barragem no Navalho? Ou se são apenas para novos projetos?
- 3-Se as barragens previstas para regadio em Vale de Asnes e Cedães, e que se encontravam definidas no plano prioritário pela DRAPN podem ser contempladas com estas verbas?
- 4-Se a ligação do abastecimento de água a aldeia de Cedães, através da conduta que vem do Azibo para Mirandela, pode ser uma realidade para 2018, visto as Águas do Norte criarem tanto constrangimento a esta ligação? Ligação essa urgente para suprimir as falhas de água que se fizeram sentir no verão passado;
- 5-Se está previsto a elaboração de algum plano de ação, junto da população, para promover a poupança da água, o seu uso correto e em articulação com a A.P. Ambiente avaliar novas licenças de exploração que sejam solicitadas?

Sem água, não há vida, este é um dos grandes desafios dos nossos tempos.

Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Luísa Maria Torres Belchior disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

As últimas eleições marcaram uma mudança política, foi um sentimento de mudança que se instalou em todo o concelho de Mirandela.

E, as mudanças geram diversos sentimentos. Satisfação ou insatisfação, dúvida ou afirmação, preocupação ou serenidade ou até mesmo de motivação ou desânimo.

Uma coisa é certa, a mudança constitui sempre uma aprendizagem!

Através da mudança consolida-se a democracia e este processo faz-se com e para os cidadãos.

Só o tempo poderá acomodar todos estes sentimentos e demonstrar os seus resultados.

Srs. Deputados,

Este início de mandato também trouxe situações inesperadas e indesejáveis.

Em exemplo, a situação criada com a greve legítima dos trabalhadores da recolha de resíduos em altura festiva, trazendo como consequência o desasseio do espaço público e o acumular do depósito de resíduos sólidos domésticos e outros nos contentores viários trazendo enormes transtornos para os munícipes.

Várias foram as críticas apontadas às posições assumidas pela Sr.ª Presidente da Câmara nesta matéria.

Admirou-me ouvir apelar de populista a posição da Sr.ª Presidente da Câmara de Mirandela, no que concerne à sua indignação com o ocorrido e ainda da intensão de vir a solicitar o ressarcimento da quantia de 6000 euros à empresa Resíduos do Nordeste, quantia que efetivamente gastou. Ouvi ainda que todos os cinco Municípios da Terra Quente haviam tido o mesmo problema e ainda assim não tomaram as mesmas posições.

Eu penso que o problema não era o mesmo, não era!

Era sim um problema similar mas não o mesmo!

É que o concelho de Mirandela possui cerca de 1,5 a mais a população do concelho de Macedo de Cavaleiros, cerca de 3 vezes a população do concelho de Vila Flor ou de Carrazeda de Ansiães e cerca de 4 vezes a população do de Alfândega da Fé.

Mais população maior problema, Senhores Deputados.

Eu também me interrogo:

Será que também não haverá pagamento de serviços mínimos ou será que o valor já apurado está incorretamente apurado e deverá ser ainda deduzido desses serviços?

E quem se indignou com a situação dos trabalhadores da empresa FCC que desafortunadamente viram acabar os seus contratos e conseqüente perda dos seus postos de trabalho?

E porque razão teria a Sr.ª Presidente de perpetuar-se no tempo e no espaço com seu silêncio relativamente a um assunto que sabe que incomodou os seus municípios?

Questões!

A denotar que esta é uma matéria que carece de maior estudo e análise, já que ainda hoje a recolha de resíduos é ineficaz, existindo ainda zonas da cidade, vila e freguesias com contentores repletos de lixos, fazendo entender que o assunto não está esgotado.

Senhores Deputados,

É certamente desígnio e obrigação de todos nós dar o nosso melhor, coadunando-nos sempre com o que melhor serve o nosso concelho.

Assim, registo com agrado que este foi um início de mandato de continuidade com diversas Empreitadas a decorrer, como resultado de projetos levados a cabo pelo anterior Executivo que este novo concluirá e que certamente serão pela sua natureza e volume obras estruturantes para o concelho de Mirandela.

E ainda um início de mandato onde se viu dar corpo a algumas promessas eleitorais com a criação do Gabinete de Apoio às Freguesias.

Agora mais recentemente a confirmação do início dos trabalhos da retirada dos lixos do Complexo Agroindustrial do Cachão, um ânimo e satisfação especiais para as gentes do Cachão mas também uma alegria para todo o concelho de Mirandela.

Sr.ª Presidente foram e continuam a ser anos de aperto financeiro. Eficaz gestão e planeamento estratégico serão vitaminas para o enorme trabalho que tem pela frente, pois para além dos compromissos assumidos, a cidade necessita urgentemente de melhorias significativas.

Falo da deficitária iluminação pública

A remarcação e iluminação de diversas passadeiras

Um plano eficaz de mobilidade urbana que reveja inclusive regras para o estacionamento não pago e a anulação de ações recentemente implementadas como sejam a eliminação do traço continuo na rua Pedro Vasques (Estacionamento da Cocheira) ou o estacionamento pago ocupando uma faixa de rodagem da Av. 25 de Abril.

Os jardins a necessitarem trato e manutenção, árvores com dimensão já desproporcionada que se podem ver um pouco por toda a cidade

A mobilidade pedonal na zona velha da cidade dificultada pela irregularidade do pavimento, implementando soluções técnicas que mantenham a identidade do local mas que facilitem a circulação.

A infraestrutura da rede viária urbana, os passeios ou a ausência deles muitos são os bairros da cidade que requerem atenção:

O Bairro da Ruiva onde de inverno se convive com a lama e no verão com o pó.

Os bairros de Golfeiras, rua e beco de Sta. Catarina, rua da Alegria, rua Dom Luís, rua das mimosas, todo o bairro do Sardão, rua da Boavista, rua do meio, rua de baixo, travessa nº2, rua da escola, enfim!

É necessário monitorizar todas estas zonas.

Tendo a noção e o sentido de responsabilidade de que não se pode fazer tudo ao mesmo tempo, pode-se sim avaliar, planear e programar.

Sr.ª Presidente, a hierarquização e coesão territorial inter-concelhia são o segredo de um concelho que se quer mais justo e mais forte.

Desengane-se quem pensa que pode fazer evoluir a cidade se não der a devida importância às freguesias.

Criar condições de potenciar a Vila de Torre D. Chama, atribuindo-lhe o protagonismo territorial que lhe deve ser atribuído enquanto Vila do concelho e por isso segundo polo centralizador de dinâmicas urbanas concelhias.

E as Aldeias, que para além dos casos de abandono urbano claro que recentemente presenciamos ainda se deparam com um Plano Diretor Municipal recente mas já com necessidades de correção com áreas de expansão urbana muito reduzidas e que podem constituir em si mesmas um desinvestimento nestas freguesias.

Senhora Presidente da Câmara acredito que o seu executivo avaliará estes assuntos. Acredito e espero que lhes darão a melhor condução.

Tenho dito!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Luís de Melo Guimarães disse:**

Senhores Deputados vamos então proceder à votação das Propostas do Senhor Deputado António Figueiredo.

Como é do nosso conhecimento recentemente, o Deputado eleito pelo Distrito de Bragança José Maria Lopes Silvano, e nosso conterrâneo, tomou Posse na Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da Estratégia Portugal 2030, um lugar importante que deixa os Transmontanos satisfeitos. Por esse motivo, esta Proposta do Deputado Figueiredo é fundamentada e deve merecer da nossa parte uma especial atenção.

Vou apresentar as Propostas para votação, Voto de Pesar, bem como a Proposta de Felicitações:



-----Este Voto de Pesar mereceu da Assembleia Municipal a seguinte apreciação:

**“DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou por unanimidade, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor “*Edmundo Pedro*”, guardando um minuto de silêncio em sua memória”

-----Este Voto de Felicitações mereceu da Assembleia Municipal a seguinte apreciação:

**“DELIBERAÇÃO:**A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou por maioria, com apenas três abstenções, aprovar o Voto de Felicitações ao Deputado da Assembleia da República eleito pelo Distrito de Bragança pelo PSD, “*José Maria Lopes Silvano*”, pela sua recente nomeação e Tomada de Posse na Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da Estratégia Portugal 2030”

**----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, *Júlia Rodrigues* disse:  
Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.**

Senhores Deputados vou começar a responder pela ordem cronológica das intervenções, em relação ao Senhor Deputado Paulo Pinto de fato assistimos a uma greve da Resíduos do Nordeste, obviamente que a greve é um direito que assiste a todos os trabalhadores, mas coincidiu com o período de Natal e Ano Novo, o que trouxe graves problemas na gestão de resíduos sólidos em todo o concelho de Mirandela, bem como nos outros Concelhos em que a recolha é feita pela empresa Resíduos. Mas há aqui duas fases e eu gostava que ficassem esclarecidos há a recolha de lixo e o tratamento de lixo. O que os serviços Municipais fizeram em colaboração com as Juntas de Freguesia, foi retirar todo o lixo que estava fora dos contentores e transportando-o para os EcoPontos, quer em Mirandela quer na Vila de Torre D. Chama.

Nós pagamos à Resíduos também o tratamento do lixo, o que está em causa é a recolha do lixo que estava fora dos contentores, já que dentro não era possível, esse serviço foi feito para minimizar o impacto na saúde pública. Mas por outro lado existia também o pagamento do lixo durante esses dez dias, vai ser pago tal como o outro tratamento do lixo à empresa Resíduos. Por isso a Proposta que foi feita a dizer que é zelar pelos interesses do munícipes, obviamente que todos estamos a zelar pelos seus interesses, mas o que é estranho é que agora estão muito preocupados com os dez dias de greve que é um direito de todos os trabalhadores e não estão preocupados, que nunca foi deduzido na faturada água a taxa de saneamento na fatura da água, as pessoas continuam a pagar saneamento, há aqui uma falta de justiça com todos o munícipes e é essa justiça que nos queremos implementar na faturação.

Em relação ao Senhor Deputado Virgílio Tavares, tenho a dizer-lhe que o Samba não é tradição em Mirandela. Nós tivemos iniciativas interessantes, houve um carnaval com tradição nas Lamas de Orelhão, em Torre D. Chama e também uma matinê de carnaval que foi promovida pela Junta de Freguesia de Mirandela. Julgo que foram iniciativas muito interessantes, para além do desfile de carnaval das escolas de todo o concelho, que foi muito animado.

Temos que revitalizar algumas das nossas tradições, não podemos copiar modelos importados, até porque o nosso clima não se coaduna.

Em relação ao Senhor Deputado Humberto eu concordo plenamente que sejam avaliados os devedores à Câmara Municipal, anualmente os serviços de contabilidade da Câmara emitem um documento, com todas as dívidas apuradas até ao momento, há aqui um diferencial de mais de um milhão de euros daquilo que não é pago, é preciso fazer a notificação e chamar os devedores e avaliar tudo aquilo que está em dívida e até propor cortes e pagamento faseado.

Esse assunto está a ser acompanhado pela Auditoria externa e serviços Jurídicos, para avaliar se essas dívidas já estão prescritas, pois algumas prescrevem ao final de 5 anos e se realmente não foram recebidas houve de facto aqui gestão danosa por parte do Município.

Em relação ao Senhor Deputado Rui Sá em relação à reclassificação da esquadra em Mirandela, nós já nos reunimos com o Senhor Comissário Rui de Carvalho, e para eles o reforço de efetivos não é uma prioridade, dados os resultados que tem tido.

O Senhor Deputado Pedro Beato assinalando o ano do Património Cultural, julgo que há muito para fazer pelo Património Material e Imaterial e quando fala das relações efetivas com a diversidade do nosso património cultural, julgo que a nossa Vereadora da Cultura está a trabalhar com o Senhor Deputado Pedro Beato de modo a termos um calendário de ação e promoção do nosso património histórico, material como lendas tradições.

Em relação à Senhora Deputada Débora Pereira falou pelo desrespeito pela liberdade, financiamento de partidos eu acho que existe acima de tudo e o bom senso deve imperar nestas situações, o respeito pela individualidade de cada um e deve ser sempre assegurado o cumprimento de lei e isso não é assim de fato há aqui um incumprimento da lei e terá de ser encaminhado para quem de direito.

Em relação ao Senhor Deputado António Figueiredo, concretizaram-se os votos de pesar e também de felicitações à tomada de posse na Assembleia da República.

Aguardaremos então pelos 166 dias do governo autárquico.

O Senhor Deputado Paulo Pontes falou que tivemos uma reunião e que foi com muito gosto, que foi no dia 5 de fevereiro. E falou numa situação que foi sobre a ribeirada de Aila e de fato nós estamos a analisar a situação pois é de fato um excelente local para construir uma represa para abastecimento de água e também como regadio, em conjunto com a Câmara de Murça, pois estamos aqui a falar de uma cooperação intermunicipal, que ainda ontem foi aqui debatida pelos alunos, e este é realmente um bom caso de cooperação, vamos falar com o Município de Murça e trará de certeza bons resultados, para os dois Municípios. Também se falou de uma exposição de trabalhos manuais, que vai ser tratada pelo departamento da cultura e

também uma monografia sobre o Franco, mas nada ainda ficou decidido dado os constrangimentos orçamentais, que este ano nos limita.

Em relação à Protecção Civil gostaria de fazer uma referencia muito rápida sobre o Flyer sobre os incendios florestais que é até ao dia 15 de março a obrigação de todos os proprietários fazerem uma limpeza numa faixa de 50 metros em casas isoladas em aglomerados populacionais numa faixa de 100 metros e vamos também reunir com todas as Juntas para fazer um plano que também está a ser acompanhado pelas brigadas do ambiente da GNR/GIPS.

Também temos uma nova Coordenadora da Protecção Civil, que está a fazer um excelente trabalho nesta área, juntamente com o Gabinete de Apoio às Freguesias, já fizeram o levantamento de casos de risco, bem como a referência aos pontos de água, pois temos de estar preparados para situações de emergência.

Em relação à Senhora Deputada Rita Messias concordo plenamente, falou em valores sólidos, liberdade, consciência, democracia e esta visão mais ampla do que é a política, de como se deve proceder na política, a transparência e os valores democráticos que partilho completamente pois eu não diria melhor, por isso felicito-a por isso.

Com o Senhor Deputado Nuno Magalhaes concordo plenamente com a responsabilidade jovem, pois eles tem de aprender a participar civicamente e politicamente nas decisões, pois nós trabalhamos não propriamente para o presente mas sim para o futuro. Entendo que às vezes é difícil de se gostar de política porque as vezes não é fácil resistir a certos ataques.

Julgo que a Assembleia de Jovens é um projeto que devemos acarinhar e iniciar este projeto em conjunto com o Agrupamento de Escolas, julgo que é uma excelente iniciativa e em colaboração com o Vereador da Juventude e da Educação o Prof Orlando Pires vamos trabalhar neste projeto, pois não implica um gasto mas sim um investimento no futuro na participação dos nossos jovens.

Em relação ao Senhor Deputado Ricardo Fidalgo, relativamente ao Hospital Terra Quente é de facto ideia deste Executivo em não haver de fato participação na Administração do Hospital, não faz sentido e achamos que o serviço privado seja sempre complementado com o público.

Relativamente ao senhor deputado António Martins, senhor Presidente de Junta, concordo plenamente com a questão de uma intervenção no Quadraçal, é uma área de intervenção que nos queremos ter.

Relativamente à Deputada Luísa Belchior, concordo com tudo que disse de facto o planeamento estratégico da cidade, a mobilidade urbana a iluminação pública são assuntos que muitos deles já estão até inventariados pelos Serviços Técnicos que julgamos que até à próxima Assembleia Municipal possamos trazer aqui.

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Muito obrigado Senhora Presidente, espero que tenha respondido as todas as questões, o senhor Deputado Virgílio Tavares quer intervir, faça o favor senhor Deputado.

**----- O Senhor Deputado Municipal, Virgílio Tavares, disse:**

Permita-me senhor Presidente um pequeno esclarecimento dá a impressão que a minha intervenção ficou no ar na resposta que a Senhora Presidente transmitiu aqui que eu pus em causa não ter havido samba ou coisa parecida em Mirandela e eu em sequer falei que tipo de manifestação cultural que existiu ou não existiu falei do que todos os mirandelenses estariam à espera. Falei de alguma manifestação carnavalesca de rua que é habitual e que isso também é tradição, que fique bem claro isso. Além disso também queria dar aqui uma achega, estas questões de património são muito mais vastas do que aqui foi referido e as tradições não só as antigas eu estou à trinta anos em Mirandela e já assisti a muitos carnavais e fases melhores e a fases piores. Além disso penso que a senhora Presidente não tem nada contra o samba a introdução do samba em Portugal também é importante e é património é uma multiculturalismo que a dinâmica das populações vai tendo.

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Tal como comecei vou terminar dando aqui uma pequena explicação, a Mesa não tem nenhuma informação privilegiada em relação a Auditoria ou o que quer que seja, a Mesa solicitou aqui informação de uma questão que é uma preocupação não sobre os devedores mas de algo que estava escrito numa ata que todos receberam e não apontamos o dedo a ninguém o que interessa é clarificar para que as coisas não sigam rumos muitas vezes errados para que não se empolem as situações. O que importa sim é que Mirandela não seja penalizada porque nós o que queremos é o bem do nosso concelho.

## Ordem do Dia

### 4 - Período da Ordem do Dia.

**4.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.**

**----- O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Sobre o assunto do ponto 1. da Informação da Senhora Presidente, págs. 2 e 3 do documento que foi distribuído, quero esclarecer alguns aspetos que considero de grande importância quanto a esta matéria dos incêndios em ambiente rural e das “limpezas” das faixas de gestão de combustíveis:

-Felizmente o território do concelho de Mirandela é bastante cultivado e não tem manchas florestais de grande dimensão nem de espécies com muito elevado nível de perigosidade.

Quanto às “limpezas”, não será preciso entrar em pânico, receando que não é possível fazê-las... conforme as recomendações oficiais e como a legislação mais recente veio clarificar, trata-se essencialmente – e apenas – de reduzir a massa vegetal arbustiva e herbácea e não de proceder a uma “limpeza” total de tudo quanto é vegetação espontânea ou cultivada.

E este serviço não é competência das Câmaras, em primeira instância, até 15 de Março, é sim dos proprietários, mesmo que ausentes ou desconhecidos... Só depois dessa data e decorridos os prazos legais é que as Câmaras podem atuar...

O Geoportal que os Serviços do Município criaram, propositadamente para este efeito, já está também disponível para a GNR/GIPS, podendo assim, em tempo real haver interações entre as diferentes entidades e operacionais envolvidos, comunicando incumprimentos com vista à notificação, ou ficarmos todos a conhecer o ponto da situação – assunto resolvido ou não...!

O Edital, com anexo cartográfico relativo a cada lugar de cada freguesia, estará pronto durante a próxima semana e permitirá identificar com bastante precisão as zonas e áreas críticas de cada proprietário.

#### 4.2 - Moção de apoio ao Movimento pelo Interior – Em nome da Coesão.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *Luís de Melo Guimarães disse:*

**Senhora Presidente, Senhores Deputados.**

Vou passar a palavra à Senhora Secretária da Mesa Luísa Belchior para ler a “Moção” apresentada pela Comissão Permanente desta Assembleia Municipal.

“O recém-criado Movimento pelo Interior está aberto a todas as personalidades e instituições que queiram aderir para que se defina, em concreto e bem faseado no tempo, um conjunto de medidas de políticas públicas para que, num prazo de 12 anos (3 legislaturas), seja clara a reversão da situação que hoje se vive nos territórios do Interior.

O Movimento pelo Interior – em nome da coesão, tem como proponentes Álvaro Amaro, presidente da Câmara Municipal da Guarda e presidente dos Autarcas Social Democratas; Rui Santos, presidente da Câmara Municipal de Vila Real e presidente dos Autarcas Socialistas; António Fontainhas Fernandes, reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas; Nuno Mangas, presidente do Instituto Politécnico de Leiria e presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos de Portugal; Fernando Nunes, empresário e presidente do Grupo Visabeira; Rui Nabeiro, empresário e fundador do Grupo Delta, e José Silva Peneda, ex-presidente do Conselho Económico e Social.

Para já, Autarcas, empresários e académicos prometeram apresentar um caderno reivindicativo com seis medidas radicais para o Interior.

Em Viseu, o Movimento apresentou Jorge Coelho, Miguel Cadilhe e Pedro Lourtie como coordenadores para as políticas territoriais, fiscais e na área da Educação.

O Movimento pelo Interior anunciou também, que criou uma plataforma na internet para receber a partir de hoje os contributos dos portugueses que queiram colaborar com propostas e ideias.

Dado que este Movimento pretende provocar impacto na ideologia da política nacional, com o único foco de combater um presente marcado por graves pressões demográficas e desequilíbrios territoriais ao nível da fiscalidade, ao nível da educação e ao nível da ocupação e ordenamento do território, a Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Mirandela decidiu na sua última reunião, apresentar à Assembleia Municipal a proposta para aderir ao Movimento pelo Interior e assim poder dar o respetivo contributo através dos meios que vierem a ser colocados ao dispor”.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *Luís de Melo Guimarães disse:*

**Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta.**

Após a leitura da Moção Movimento pelo Interior pela primeira Secretária da Mesa, a fim de reforçar a razão da Moção apresentada aqui nesta Assembleia foi sujeita a análise da Comissão Permanente após um repto da Assembleia Municipal da Guarda, pioneira no apoio a este movimento e que recomendava divulgássemos junto das ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA no sentido de também elas aderirem a este apoio.

O Movimento despertou-nos de imediato interesse, atendendo a que, de acordo com projeções do Instituto Nacional de Estatística, a população residente em Portugal tenderá a diminuir, ficando abaixo do limiar dos 10 milhões em 2031. Segundo dados do Banco Mundial, em termos relativos, só em 2014, Portugal registou a quinta maior perda populacional do mundo. Acresce a esta preocupação o facto de, segundo o INE, 50% da população se concentrar em 33 municípios da faixa litoral, que representam apenas cerca de 11% do total dos municípios portugueses.

O cenário atual dita, não só uma desmesurada concentração de pessoas (a densidade populacional em territórios urbanos é 19 vezes superior à verificada em áreas rurais), mas também de recursos e de serviços e de avultados e crescentes volumes de investimento em infraestruturas de todo o tipo que acabam por se revelar serem sempre insuficientes.

Uma economia de aglomeração que restringe um desempenho mais descentralizador da política nacional e que tem conduzido ao facto de, praticamente em todas as regiões do país, à exceção de Lisboa, a riqueza média por habitante ficar abaixo da média da UE. A pergunta impõe-se:

A continuar assim, o que será do Interior de Portugal daqui a 20 anos?

----- A Senhora Deputada Municipal *Cristina Passas (PSD) disse:*

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, alunos.**

De facto eu tinha pensado fazer uma pequena intervenção mesmo depois da ordem de trabalhos, mas ela vinha exatamente neste sentido pelo que eu vou desde já, então, manifestar o que eu teria para dizer. Numa Assembleia talvez há três, quatro assembleias atrás, eu tinha pedido ao anterior Senhor Presidente da Câmara, tinha-lhe feito um apelo e vou reiterar esse apelo à atual Presidente, isto é, nós de uma forma redundante, todos nós estamos de acordo e sabemos que Portugal vê reforçado todo o seu envelope financeiro por motivo da coesão social, da coesão económica a que o território assiste nos vários desníveis, no entanto quando isso é transposto para a verdade nacional, o que é que nós verificamos? Verificamos que os fundos dificilmente chegam cá! Chegam cá de forma faseada, deficitária, isto é, Portugal tem um acréscimo no envelope financeiro e no fim quando nós vamos verificar, em termos efetivos dificilmente conseguimos pô-los em marcha em prol da população, nomeadamente na área da economia, na área económica na área em que eu estou, em que eu poderia dizer, que este quadro comunitário e não o digo só eu, digo eu e outros colegas de associações de outras áreas nomeadamente agrícola é um desencanto! É um desencanto porque eu de facto apelo e desafio qualquer um de vocês aqui neste momento que me queira dizer efetivamente em termos reais o que é que o PRODER já trouxe ao território? O que é que as medidas ligadas ao Portugal 2020 para as micro ideias, o que é que efetivamente já foi apoiado, somos constantemente desafiados para apresentar candidaturas, porque temos de demonstrar que há iniciativa, mas depois as candidaturas são apresentadas e não há orçamento capaz de as completar a todas, neste sentido e porque considero que a CIM tem um papel relevante nessa área é importante que os nossos empresários, que a nossa capacidade empresarial, empreendedorismo, seja defendida, eu acho que esta moção vem exatamente tentar reverter uma verdade que já há vinte anos que falamos nela, mas se hoje nada for feito, daqui a vinte anos de facto vai ser muito pior, e neste caso eu pedia à Senhora Presidente da Câmara, por favor, se pode fazer uma força política para que de facto a diplomacia económica do concelho de Mirandela e de todo o território, possa sair a ganhar para as nossas micro empresas e elas sim, gerarem empregabilidade, porque podemos não ter projetos avultados, mas temos muitos projetos que multiplicados podem dar a mesma sustentabilidade que um grande projeto.

Obrigado!

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Assim, haja vontade política pois o Senhor Presidente da República no seu discurso de final de ano pediu a Portugal e aos portugueses para nos reinventarmos. Para isso é preciso dinheiro e pelos vistos a comunidade europeia está disponível para nos financiar. Sem fundos não é possível a descentralização! Se bem se lembram a descentralização é a principal bandeira do mandato de António Costa e a legislatura já vai a meio. O processo encontra-se numa fase complexa, porque transferir competências e serviços só se consegue com apoio político forte. O interior está na moda! Existindo um ambiente favorável à descentralização para que seja efetiva. Transferir dinheiro e recursos não é fácil, tanto mais ainda não se sabe para onde, se para as direções regionais, direções gerais, CCDR's, Câmaras Municipais e Comunidades Intermunicipais, são os passos a dar, até que porque está previsto, que estas medidas já tenham impacto no orçamento de 2019, fruto da inércia do poder político, e a urgência de reverter o centralismo criado, foi criado o Movimento pelo Interior. Esperamos que este Interior pobre e despovoado, desertificado, de baixa densidade possa vir a ser uma oportunidade para as gerações vindouras e que esta zona raiana junto a uma das maiores comunidades espanholas, a Junta de Castilla e Leon, seja uma janela de oportunidades economicamente rica, a favor das nossas empresas e que este mundo global contribua, decididamente, para que as nossas exportações e empresas locais constituam a riqueza necessária.

A Bancada do PSD vota favoravelmente esta Moção.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

É com inegável avaliação e consciência que as consequências das sucessivas políticas de direita tornaram o país mais pobre, mais injusto, desigual e menos desenvolvido.

Políticas que contrariam as inúmeras potencialidades e riquezas que o nosso país e o interior em particular possuem.

O PCP em abril de 2016 dedicou as jornadas parlamentares do seu Grupo Parlamentar, realizadas nos distritos de Bragança e Vila Real, ao combate às assimetrias regionais, ao despovoamento e à desertificação levando o tema à Assembleia da República com a marcação de um debate em Plenário em maio de 2016. Nesse debate o Partido Comunista Português referiu que uma política de desenvolvimento é algo mais do que distribuir escassos recursos de investimento público e esperar pelo investimento privado estimulado a partir daquele.

Desenvolvimento não é o mesmo que crescimento económico, e este último é muitas vezes sobrevalorizado para esconder a inexistência do primeiro.

Para o Partido Comunista Português, há causas que agravam o problema do território em zonas já envelhecidas, de crescente despovoamento e de grande dispersão territorial. Causas que resultam das políticas levadas a cabo ao longo dos anos por governos do PS, do PSD, juntamente com o CDS, e em particular ao antigo governo PSD / CDS, entre as quais:

O ataque aos serviços públicos por via do encerramento, concentração ou ainda a municipalização de serviços de saúde, educação, justiça ou dos meios de segurança.

A extinção de Juntas de Freguesia, como importante órgão de proximidade.

A destruição da produção nacional, como exemplo, a destruição de mais de 150 mil empregos na agricultura, a consequente destruição de postos de trabalho, aumentando o desemprego e a emigração, ou as dificuldades de mobilidade nestas regiões.

Como temos afirmado a ocupação do território sempre foi elemento fundamental para a produção de riqueza e para a promoção da produção nacional. Da agricultura à extração mineira, passando pelo turismo e a floresta, são necessárias as pessoas e estas necessitam de condições de vida.

O desenvolvimento do interior está intimamente ligado à distribuição da riqueza e não à pobreza dos territórios.

Para o Partido Comunista Português, é necessária uma verdadeira política de desenvolvimento regional que combata as assimetrias regionais, o despovoamento e a desertificação, exigindo um conjunto de políticas integradas. Quanto à proposta que está em discussão, de adesão ao Movimento pelo Interior, com conhecidos promotores, Miguel Cadilhe, Jorge Coelho, Pedro Lortie, Álvaro Amado, Rui Santos, entre outros, desde já deixamos um lamento, foi pena que estes promotores não tivessem aproveitado o poder político de que dispuseram para impedir o rumo para o desastre a que a política de direita, conduziu o país.



O caminho da contínua desresponsabilização do estado em áreas como a educação, a saúde, a segurança social, a cultura seja por via da municipalização, da concentração de serviços, da delegação de mais competências às CIM com simulacros de órgãos desconcentrados da Administração Central ou por via da privatização devem ser rejeitados, devendo ser definido o papel do estado nas suas diversas funções sociais salvaguardando o carácter universal das diversas áreas, o poder local democrático e a reposição das freguesias, assim como o caminho para um poder regional decorrente da regionalização.

O desenvolvimento regional exige respostas no plano do emprego com direitos, no apoio à produção agrícola, e aqui, privilegiando a exploração familiar, a floresta, as indústrias extrativas, na reindustrialização com a valorização da transformação industrial da matéria-prima regional, da elevação das condições de vida, no apoio à investigação e ao turismo, nas condições de mobilidade, transportes e comunicações.

O PCP continuará a intervir para a construção desse caminho, por vias de uma política alternativa patriótica e de esquerda ao serviço dos trabalhadores, das populações, na defesa do país e do seu território, e não embarcando em pomposas iniciativas sugeridas por um ajuntamento do Bloco Central, que procura limpar as suas responsabilidades e perpetuar o prosseguimento da política de direita, a política da destruição e terra queimada que nos trouxe à situação atual.

Neste sentido o voto da CDU é contra.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Relativamente a esta Moção, e conforme também já expressou o Deputado Paulo Pinto, somos totalmente favorável a ela. É importante este tipo de ações, mas é também importante que elas não continuem a cair em saco roto e que não passe, só do conjunto de intenções que existe, e deste plano de ação, mas que efetivamente se concretizem, ações concretas favoráveis, com posições bem definidas, e que este Movimento, se junte efetivamente para tomar uma ação específica e concreta no combate às questões da interioridade. No entanto, não podia deixar aqui de referir e também e de lamentar, porque me custa a aceitar um bocadinho as últimas declarações do nosso atual Primeiro-ministro quando fez a visita a Bragança. Antes de mais, António Costa faz o seu *tweet* no faceboock, no *twiteer*, a dizer que a inovação, não é só das cidades, também em Trás-os-Montes há inovação e eu lamento que se tenha esquecido de Mirandela, que se tenha esquecido de Macedo de Cavaleiros, se tenha esquecido também de Miranda do Douro, porque também somos cidades, e aqui, há inovação, e há gente capaz de inovar e de construir. Depois, ainda tem a feliz ideia de nos dizer que somos um conjunto de privilegiados porque temos à nossa volta 5 milhões de espanhóis. Bem! E eu pergunto-me: não temos também à nossa frente 5 milhões de portugueses? Acho que condenar o interior e atirar o interior única e exclusivamente para a responsabilidade quase de Espanha, me parece algo difícil de aceitar. E depois disso, vem então, a unidade de missão com as suas cento e sessenta e seis medidas que acabam por ser, cento e sessenta e seis medidas cheias de nada, e que em nada, mas nada, trouxeram, para o interior. Obviamente que por isso, nós queremos estar com o interior e tomar ações específicas em favor do interior, e aqui também tenho de manifestar a posição da JSD distrital de Bragança, que já condenou estas afirmações do nosso Primeiro-ministro António Costa e que fez a afixação de uma faixa na ponte da Autoestrada depois das bombas de serviço de Lamas de Orelhão.

Apoiamos esta intervenção, mas queremos que ela se transforme mais do que palavras, em atos, que sejam atos específicos e que efetivamente se concretize em algo e também aqui chamo a atenção da nossa Assembleia, gostava mesmo que esta Assembleia tivesse um papel ativo, pró-ativo na construção de medidas e que não deixe novamente que estejamos aliados ou conectados com uma plataforma de interioridade que basicamente serviu para fazermos um momento de publicação e publicidade aos seus promotores, mas depois no final não serviu para mais coisa nenhuma, por isso, quero dizer que, também em nome do PSD, que somos favoráveis a esta Moção, a Moção da interioridade mas queremos também continuar e acho que a Assembleia Municipal vai ter aqui um papel importante e criarmos também medidas e um plano de ação concreto que ajude efetivamente o interior.

Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Há vinte e quatro anos ou mais que estou nesta Assembleia Municipal e é a primeira vez que não recebi qualquer documento, sobre a Ordem do Dia ou de trabalhos nem qualquer informação. Isto para mim é completamente inacreditável. Eu como Deputado Municipal eleito pelo povo tenho, e reafirmo aqui esse direito. A Senhora Presidente da Câmara não é mais do que eu! O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não é mais do que eu! Em relação à Moção de apoio ao “Movimento pelo Interior”, é tudo, mas tudo, retórica política. Eu, não me revejo em nada disto! Em nada, mesmo! Mas qual é a coesão dos partidos políticos? Fazem promessas em vão! Eu estou a falar de todos os partidos políticos. Eu estou a falar de um António Guterres que é Presidente e é Secretário-Geral da ONU que queria pôr Bragança no mapa. O que é que ele fez pelo Interior? Nada! Nada, mas mesmo, nada! Vem-me aqui com estes documentos para quê? Para quê? Para nada! Nunca vamos ter Coesão pelo Interior. Tudo isto é simbólico, como dizia o Senhor António Guterres. Depois aparecem outros partidos, PSD, CDS, PCP, BE, tudo, tudo a dizer: vamos lutar pelo Interior! Lutaram pelo Interior quando lhes interessou, sim senhora, lutaram, fogos. Mas o Interior, sim o interior está completamente ao abandono, meu Deus, temos que ir para o Interior. Temos que colocar IRS o IRC mais baixo, temos que fundamentar políticas alternativas para o Interior. Que é que fizeram até hoje? Digam-me lá aqui nesta Assembleia. Quem é que está no poder? É o PS! Quem esteve no poder? Estiveram todos! Todos estiveram no poder! Até está no poder o PC? Não está a geringonça no poder? Não está a geringonça no poder? Repito, não está na geringonça no poder.

Senhor Deputado Jorge Humberto, o que é que você está a dizer agora? Você nem pode falar comigo! Você nem pode falar comigo! Você nem pode falar comigo!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Senhor Deputado Jorge Humberto, por favor não interrompa o Senhor Deputado Figueiredo. Contenção Senhores Deputados, contenção! Senhor Jorge Humberto, por favor não interrompa, o Senhor Deputado Figueiredo. Por favor respeitem esta Assembleia, respeitem os vossos colegas e pode continuar.

**----- O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Deputado Jorge Humberto o Senhor não pode falar comigo.

Olhe para o regimento e cale-se!

Estava eu a dizer, que todos os partidos, PSD, CDS, PS, PCP, BE, nunca fizeram nada pelo Interior e isto é uma pura realidade! É uma pura realidade, tudo isto foi retórica política que eu oiço há trinta e quatro anos, desde que estou filiado no PSD. Eu oiço isto há trinta e quatro anos, não aceito nada disto! É deslealdade política sem palavras, mas nada se negocia neste país com seriedade. Este país é aquilo que faz de conta, senão vejamos. Que tipo de descentralização quer o PS? O que é que este governo fez pelo Interior? Está lá há dois anos e meio. Que é que fez pelo Interior? Isto, daqui a vinte anos o Interior é uma coutada para os Senhores de Lisboa e do Porto. Não podemos esperar vinte anos, senão isto é uma coutada, vêm cá a caçar levam as perdizes, as lebres e os coelhos se os houver e os tordos e vão embora. Não é mais nada! O interior é uma coutada! Reinventar, qual reinventar qual carapuça? Reinventar o quê? Está tudo reinventado, os políticos não querem descentralizar. Os políticos querem é centralizar! Andamos nós aqui a fazer o quê? Nesta Assembleia eu disse aqui várias vezes, com outros Presidentes de Câmara, que tudo isto era retórica política, e continuam a fazer a mesma coisa. Como é que eu posso acreditar nisto? Eu não posso acreditar nisto. Eu não vou seguir o voto do meu partido, e sou livre para isso. Eu sou uma pessoa livre porque recebi princípios de lealdade, de honestidade e de frontalidade. Eu não me vendo a ninguém! A ninguém! E quando voto contra ou me abstenho é porque tenho a consciência disso. Agora o interior, ó Senhor Deputado Municipal, que me interrompeu há bocado, Jorge Humberto, temos geringonça, há dois anos e meio, o que é que fez esta geringonça pelo interior? Responda-me!

Não pode responder!

Em relação à coesão social, isto é só, intenções, intenções, intenções, está o mundo cheio de intenções! Não vejo nada disso! Só vejo o quê? Hipocrisia, falta de ética, demagogia, pessoas sem carácter. Tudo aquilo que disse Miguel Cadilhe, Álvaro Amaro, etc, do PS, etc, é tudo igual. É tudo a mesma peneira! É tudo a mesma peneira! O meu pai ensinou-me valores, e são esses valores que eu tenho, não é por ser do PSD! Esses valores continuam intrínsecos, comigo! Intrínsecos comigo! O Maurício, o Maurício disse-me isso várias vezes! Tá a perceber? O Maurício disse-me isso várias vezes, e nunca negarei na minha vida isso! Eu vejo hipocrisia, demagogia, pessoas sem carácter, por isso, não pactuo com esta retórica do atual Primeiro-ministro. O seu Governo, a Geringonça, só serve de moleta ao PS. É muito triste!

Disse!

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Deputado Figueiredo. Não quero dizer que tem ou deixa de ter razão, só faço votos para que não tenha e para que este Movimento se venha a revelar de facto produtivo para o nosso Interior porque de facto como o Senhor disse nem neste dois últimos anos nem nos últimos quarenta, a gente não viu praticamente nada a ser feito pelo nosso Interior.

Dou a palavra, ao Senhor Deputado Pontes.

**----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de União de Freguesias de Franco e Vila Boa, Paulo Pontes (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores e público.**

**Muito Boa tarde.**

Vão-me desculpar a imodéstia, mas quem está atrás das minhas costas, acho que não estava cá ninguém na altura, e se estavam aqui eram pouquíssimos, entre os quais, aqui o Senhor Professor Dinis, e obrigado Professor Figueiredo, pois é a segunda vez que oiço fazer aqui uma referência, a uma expressão que eu tive aqui, para aí há uns vinte anos, ou talvez menos não sei, e em foi alvo de uma grande risota aqui na Assembleia, o que eu disse foi, o Interior há-de ser uma grande coutada, não sei se recorda Professor Figueiredo e se o Professor Dinis também se recorda, há-de ser uma grande coutada, o Portugal habitado, é até Vila Real, hão-de pôr aqui uma cerca à volta da fronteira e depois estou quase a citar aquilo que eu disse nessa altura, hão-de colocar aqui uma cerca até à fronteira, e depois vai ser caça grossa aqui, depois vai haver uma casa no Franco, outra, noutra extremidade do concelho e depois vêm aí os senhores de jeeps, nos seus “jeepões” grandes, os senhores Deputados, os Senhores Primeiros-ministros, vêm aqui à caça e cá estarão os criados para os servir, e concordo plenamente com o que o Deputado Figueiredo aqui veio dizer! Eu não percebo porque é que tem de haver uma Comissão ou uma Moção ou não sei o quê? Um aglomerado de pessoas proeminentes para exigir para se debaterem sobre o Interior.

Eu tiro uma de duas coisas, ou o governo não tem intenção nenhuma de fazer nada pelo Interior, como todos os outros nunca tiveram, e este em concreto não tem nada a fazer pelo Interior, e então dá-se esta ideia e vamo-nos juntar aqui meia dúzia deles, vamos reivindicar aqui umas coisas, que não vão reivindicar nada, nada vai ser alterado, antes pelo contrário como o Deputado Figueiredo estava a falar há vinte anos. Mas quais vinte anos? Na minha aldeia desde janeiro já morreram cinco pessoas e há dez anos que não nasce lá ninguém ou mais, portanto eu quando fui para a Junta de Freguesia pela primeira vez tinha quatrocentos e oitenta eleitores agora com as duas Freguesias juntas não tenho esse número. Mas quais vinte anos? Eu também vou votar contra.

Era só isto.

**----- O Senhor Deputado Municipal, Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Obrigado Senhor Presidente. É só para fazer aqui duas ou três observações, que acho importantes e pertinentes. Senhores Deputados, mais concretamente ao Senhor Deputado Figueiredo, a situação a que nós chegamos e a que chegou Trás-os-Montes, é responsabilidade do PSD e estou a falar isto concretamente do PSD, do PS juntamente com o CDS, isto porquê?

Porque, várias vezes foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, a questão da Regionalização, e os Senhores votaram sempre, contra! Portanto se há aqui alguma demagogia, se há aqui alguma falta de coerência, será da vossa parte, não ponham todos no mesmo barco, eu acredito que você esteja descontente com o seu partido e com as posições do seu partido, agora não queira pôr os outros partidos nessa mesma situação, porque a realidade não é essa, Senhor Deputado, está bem? E agradecia que houvesse dessa maneira a coerência de assumir a responsabilidade de cada Grupo Parlamentar, neste caso na Assembleia da República têm, neste caso, o PSD, o PS, juntamente com o CDS a fazer de muleta ou não, é que votaram sempre contra a regionalização, e nós sabemos perfeitamente que o desenvolvimento do Interior do país, só não vai para a frente, porque há senhores do vosso partido, na grande maioria deles, e alguns deles fazem parte desta nova moção, que são contra a regionalização, portanto, temos de pôr os nomes às coisas, e a relação só para esclarecimento, a geringonça, não sei onde é que foi buscar o termo provavelmente ao Dr. Paulo Portas, o PCP, não faz parte do governo, e foi graças ao PCP, na questão parlamentar que se aumentou as reformas aos reformados que vocês cortaram durante o vosso governo, que foram cortados os cortes na reposição dos serviços públicos do interior, que o vosso governo cortou juntamente com o CDS, portanto foi com o PCP, na participação parlamentar que houve o aumento do ordenado mínimo, que os senhores cortaram quando estavam no governo, portanto, não compare o que é incomparável. Temos de pôr o nome às coisas, Senhor Deputado. Muito obrigado!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Muito obrigado Senhor Deputado, vamos terminar estas intervenções e vamos já de seguida proceder à votação. Mas o Senhor Deputado Figueiredo solicitou a palavra e começou a intervir do seu lugar.

Ô Deputado Figueiredo, eu não me importo como toda a Assembleia, mas dê-me licença, e deixe-me terminar, Deputado Figueiredo, como toda a Assembleia entenderá, eu não me importo nada que o Senhor dê uma contrarresposta, mas vamos firmar aqui uma coisa, seja breve por favor e terminou mesmo aqui, porque senão estamos toda a tarde, isto não é um comício.

**O Senhor Deputado António Figueiredo** continua a falar da bancada: Não é um comício, mas (...)

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Eu vou-lhe ler o Regimento, porque o Senhor está a precisar de ouvir uma coisa, porque hoje está a abusar, eu vou-lhe ler o regimento e peço que o Senhor o leia em casa também. O artigo sessenta diz assim, ò Senhor Deputado Figueiredo desculpe e ouça o que diz o Regimento, respeitar a dignidade desta Assembleia e dos seus Membros. O Deputado Figueiredo continua a falar do lugar.

O Senhor não respeita, desculpe e mas o Senhor não respeita segundo se verifica a ordem e a disciplina fixadas no regimento e não acata a autoridade da Mesa da Assembleia. O Senhor não respeita! O Senhor está a desrespeitar, não é só a Mesa, mas também os seus colegas da Assembleia.

----- **O Senhor Deputado Municipal, António Figueiredo disse:**

Nem o Senhor Presidente me respeitou há bocado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Por favor, respeite esta Assembleia, o que ela representa e aos seus colegas e terminou.

----- **O Senhor Deputado Municipal, António Figueiredo disse:**

Eu respeito, se o Senhor me respeitar a mim.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Vamos então proceder à votação da moção, por favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal, António Figueiredo disse:**

É essa a sua gente, a falência democrática desta Assembleia. É essa a falência democrática para o PS, uns podem falar os outros não podem falar, isso é falácia!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Desculpe Senhor Arquitecto Figueiredo, mas eu disse-lhe que podia vir aqui dar uma contrarresposta.

----- **O Senhor Deputado Municipal, António Figueiredo disse:**

Não disse nada disso! Está agora a dizê-lo!

E outros Deputados intervêm dizendo: disse, disse.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Desculpe o Senhor Deputado Figueiredo está a ouvir é mal! Para além de estar a ser incorreto com a Assembleia, agora tem mais esse problema, pois eu comecei exatamente por lhe dizer isso!

----- **O Senhor Deputado Municipal, António Figueiredo disse:**

Eu tenho sessenta anos e oiço mal.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

É como eu pronto! Então peça desculpa aos Senhores Deputados por esta situação.

**----- O Senhor Deputado Municipal, António Figueiredo disse:**

Ó Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o que disse ali o caro colega, eu digo-lhe só uma coisa, há PS, de Governo porque há uma Geringonça, há Partidos que o apoiam, quem ganhou as eleições, se o senhor bem se recorda foi o PSD, é só isto que lhe tenho a dizer.

----- Esta Moção mereceu da Assembleia Municipal a seguinte apreciação:

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou por maioria com 52 votos a favor e 2 votos contra, aprovar a Moção de Apoio ao “Movimento pelo Interior – Em nome da Coesão”.**

**Declaração de Voto:**

**----- O Senhor Deputado Virgílio Tavares do CDS declarou:**

Que o voto favorável do CDS pelo Movimento pelo Interior ressalva as seis medidas radicais anunciadas para o Interior, isto é, reservamos o nosso direito de discordar delas ou de outras indicações que o movimento possa levar a cabo, mas que nós possamos discordar por em causa o próprio Interior e nada fazerem pela resolução dos seus problemas.

**4.3-Ratificação da nulidade da Representação Municipal no ACES (por extinção desse organismo);**

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:  
Senhora Presidente, Senhores Deputados.**

**Proposta da Ratificação:** A Mesa da Assembleia Municipal vem propor a nulidade da deliberação tomada nesta Assembleia Municipal em 29 de dezembro de 2017, referente ao ponto 3.2 que a seguir se transcreve:

----- Foram presentes para votação duas listas: Lista A e Lista B, tendo sido a Lista B, a mais votada. Ficou estabelecido que o **Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde (ACES) de Alto de Trás-os-Montes 1-Nordeste** seria representado por **Carlos Alberto Ventura Marques**.

**“ Deliberação: A Assembleia deliberou com 31 votos a favor na Lista B, 29 votos a favor na Lista A, eleger o membro eleito da Assembleia Municipal, Carlos Alberto Ventura Marques, para o Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde (ACES) de Alto de Trás-os- Montes 1-Nordeste, proposto pela Lista B, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.”**

Conforme informação dada pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração da USLNE, através de correio electrónico datado de 16/01/2018, em virtude de o mesmo ter sido extinto aquando da criação da ULSNE, através do Decreto-Lei n.º 67/2011, e tanto o Decreto-Lei que o extinguiu, como os novos estatutos das ULS (Decreto-Lei n.º 18/2017) já não consagram a figura do Conselho da Comunidade, conforme informação dada pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração da USLNE, através de e-mail datado de 16/01/2018.

Nesta conformidade, proponho a ratificação e nulidade do ponto 3.2 da ata de 29 de Dezembro.

Lamento não termos um representante da Assembleia na área da saúde, mas a Comissão Permanente já discutiu este ponto, pois deixamos de lado a parte política e viramo-nos apenas para os interesses do concelho, e está a ser muito positivo e estamos a pensar em criar grupos de trabalho, ou até Comissões Permanentes com os profissionais de saúde membros desta Assembleia e até pode ser liderado pelo Senhor Deputado Carlos Marques.

Mas estes grupos de trabalho não ficará só pela saúde mas também ir a outros setores, e até de outros princípios de criar ideias com jovens e levar estas propostas ao Executivo com vista a nos apercebermos do que se passa no nosso concelho, e assim contribuirmos para a sua melhoria.

**----- O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Queria começar por agradecer o e-mail que o Senhor Presidente da Mesa me mandou, isto se não fosse sério parecia brincadeira, pois um membro desta Assembleia ser eleito para uma coisa que não existe, mas a culpa não é só desta Assembleia, pois as últimas duas Assembleias andaram a eleger um membro para uma comissão que já não exista, isto só para esclarecer todos os presentes.

O Senhor Presidente do Conselho menciona o Decreto-Lei n.º 18/2017, mas a extinção desta comissão já é de 2011. Agradeço novamente o seu mail mas de fato gostaria de alertar a Assembleia e o Executivo para o seguinte o Decreto-Lei n.º 18/2017, que altera os estatutos e extingue a Comissão do ACES. Diz outra coisa embora agora não seja o momento mais oportuno mas alguém tem de falar destas questões da saúde, mas o mais cedo do que tarde alguém tem de falar destas questões.

Vou ler o tal Decreto 18/2017, de 10 de fevereiro, no seu artigo n.º 6 ponto 1 diz o seguinte:

O Concelho da Administração da ULSE é composto por um Presidente e o máximo de cinco Vogais que exercem funções executivas, incluindo até dois Diretores Clínicos e um Diretor sendo um dos Vogais proposto pelo membro do governo responsável da área das Finanças e por outro membro nomeado pela Comunidade Intermunicipal.



A nossa ULSE e embora este diploma já tenha um ano ainda não tem nomeado nenhum membro executivo proposto pela CIME, eu sei que tivemos as Eleições Autárquicas e todos podemos andar distraídos com estas coisas, mas mais cedo do que tarde alguém tem de olhar sem lentes políticas, pois a saúde toca a todos e se não é hoje vai tocar um dia destes. Tenho dito.

**----- O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Só venho aqui dizer uma acheza, embora não possa ser como vou dizer, mas contudo vou referi-lo trata-se aqui da retificação de nulidade da ACES, tratando-se de uma votação para um organismo que não existe é um ato nulo, se é um ato nulo não carece de qualquer retificação, a nulidade deste ato. Acho que é uma lide que não faz qualquer sentido.

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

**Senhora Presidente, Senhores Deputados.**

Penso que é verdade o que disse o Senhor Deputado Rui Sá, mas nós gostamos de trabalhar com transparência e ética em todos os processos e penso que não há mal nenhum, pois se a sua extinção foi 2011, os estatutos ainda continuaram, e eu como Presidente da Mesa não me senti bem, em estar a nomear um membro para um organismo que já não existe, embora tenham sido sempre nomeados em mandatos anteriores, por isso achei bem comunicar à Assembleia e pedir a sua nulidade

**“ Deliberação: A Assembleia tomou conhecimento.”**

#### **4.4- Relatório Anual da CPCJ;**

**----- A Senhora Deputada Municipal Otília Lima (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores e como educadora e profissional do ensino um cumprimento muito especial aos alunos.**

Espero que a Assembleia corra melhor agora do que correu da parte da manhã, fico contente pelos alunos virem a participar nesta Assembleia, é pena que não foi a melhor para eles, mas com certeza voltarão e seja mais do seu agrado e que seja mais representativa da dignidade, que uma Assembleia Municipal têm.

Em relação ao Relatório da CPCJ e como membro desta Assembleia e como membro da comissão alargada da CPCJ, vou fazer uma intervenção muito curta, mas que pretende apenas ser uma sugestão pedagógica, no sentido da formalização do Relatório.

Ao lermos este relatório qualquer membro da Assembleia, acabará por vê-lo muito técnico no aspeto informático, este tinha que ser apresentado, assim dado que foi aprovado em reunião pela Assembleia da CPCJ, porque a formalização assim o exige perante as instâncias superiores e hierarquias, mas a favor das atividades que foram desenvolvidas pela comissão, penso, que não estão aqui muito evidenciadas, sob pena da população não conhecer o meritório trabalho desta comissão, ou seja nestes últimos anos desenvolveram-se atividades nestes últimos anos que não são tão perceptíveis pela sua formalização do relatório.

O que eu pretendo dizer é que este relatório devia ser acompanhado de uma descrição, embora não muito exaustiva, mas sim mais elucidativa de todas as suas atividades que foram desenvolvidas, para que sejam mais preceptivas à população, isto é apenas uma recomendação num sentido pedagógico.

Acho que devia ser mais apelativa a sua leitura e poderá fazer-se acompanhar dum documento que seja mais apelativo e pode não ser muito descritivo, mas têm de ter a descrição das suas atividades, acho que desta forma fica despercebido todo o trabalho da CPCJ.

E como membro da comissão alargada acho que devia ser acompanhado com mais alguma coisa a favor da CPCJ, está a fazer um trabalho muito meritório no nosso concelho.

Muito obrigado.

**“ Deliberação: A Assembleia tomou conhecimento.”**

#### **4.5 - Declaração: Alínea a), do n.º1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA);**

-----Foi presente à Câmara Municipal de Mirandela a Declaração: Alínea a), do n.º1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), em 01/02/2018, para apreciação.

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**Submeter este documento para conhecimento da Assembleia Municipal.”**

**“Deliberação:A Assembleia Municipal tomou conhecimento”.**

#### **4.6 - Declaração: Alínea b), do n.º1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), conjugado com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação;**

-----Foi presente à Câmara Municipal de Mirandela a Declaração: Alínea b), do n.º1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), conjugado com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação; em 01/02/2018, para apreciação.

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.  
Submeter este documento para conhecimento da Assembleia Municipal.”**

**“Deliberação: Assembleia Municipal tomou conhecimento”.**

#### **4.7 - IX Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela;**

-----Foi presente à Câmara Municipal de Mirandela o IX Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela em 19/02/2018, para apreciação.

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.  
Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Sobre o relatório de Saneamento Financeiro, o Grupo Municipal do PSD apresenta a seguinte apreciação: este relatório está muito bem realizado, apresenta todos os dados necessários de forma bem estruturada acompanhado dos mapas e gráficos respetivos que evidenciam os resultados efetivamente alcançados quer sejam positivos ou porventura negativos, assim, volvidos cinco anos de instalação do planeamento financeiro, apesar de restrições de várias ordens, o plano tem decorrido dentro do expectável, com ganhos sucessivos, ano após ano. O plano de saneamento financeiro apresenta vinte e três medidas em execução. Segundo a análise do grupo municipal do PSD, quase todas as medidas foram executadas, pese embora as conclusões serem curtas por não relatarem as conclusões que os números e os mapas respetivos ditam. Das vinte e três medidas em execução, consideramos que dezassete foram cumpridas, duas parcialmente cumpridas e quatro não cumpridas, traduzindo um saldo bastante positivo. Senão vejamos como alguns exemplos: Reorganização dos serviços municipais, Indicadores alcançados visto que em 2012, os serviços da Câmara Municipal era constituído por quatro Unidades Orgânicas Nucleares, Departamentos, dez Unidades Orgânicas flexíveis Divisões, e uma Equipa Multidisciplinar, passaram a partir de janeiro de 2006 a uma reorganização do município pelo que é notório que o resultado pretendido foi alcançado. A reorganização do grupo municipal extinção de entidades, onde se verificou a extinção dos Serviços Municipalizados de Água, a redução do passivo do complexo Agro-Industrial do Cachão, a simplificação de políticas e procedimentos onde os objetivos de informatização de circuitos por processos, instalação de processos de certificação da qualidade e prestação de serviços, numa óptica multicanal, como exemplos, como resultados nesta rubrica que também foram alcançados.

Podemos apresentar outros exemplos como a implementação do sistema de contabilidade analítica, onde o relatório é explícito como medida implementada. Na medida economia redução da despesa, verifica-se claramente a diminuição da despesa com outros estudos, pareceres, projetos e consultadoria. Contudo a implementação do orçamento base zero não foi conseguida. A implementação do plano de eficiência de iluminação pública, não foi conseguida, verificando-se inclusive, aumentos de despesa. Verificam-se decréscimos de atribuição de subsídios a terceiros, foi também uma medida conseguida, mas com prejuízos das Juntas de Freguesia e famílias carenciadas, apesar destes exemplos demonstrativos, e outros claramente plasmados no relatório, este merecia evidenciar outro tipo de análises e resultados, tanto mais que este relatório será enviado aos membros do governo, será remetido à Assembleia da República, à Direção Geral das Autarquias locais e também será publicado no portal da internet.

Aguardamos com expectativa a execução do plano de execução do planeamento financeiro em 2018 e formulamos votos na obtenção de resultados positivos e com conclusões mais técnicas e políticas, visto ser um documento que resume em números os programas, os projetos políticos autárquicos implementados.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Humberto Cordeiro* (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, alunos.**

Vou ser muito rápido pois o meu discurso que tinha preparado é muito parecido com o do meu colega de bancada Deputado Paulo Pinto, por isso ele já disse o que eu tinha para dizer, por isso só vou reforçar o que ele já disse.

As minhas conclusões são as mesmas, ou seja, que o Relatório está bem elaborado, retratando bem os fatos e as análises efetuadas, excepto as incompreensíveis conclusões vertidas na última página do referido relatório. Em meu entender são totalmente contraditórias com aquilo que o documento nos mostra, e como disse o meu colega e eu transformando isto em números, mais de 80% dos objetivos foram cumpridos das 23 medidas, segundo se infere das páginas do referido relatório. Considero mesmo que tais conclusões que estão vertidas na última página do relatório são lesivas dos interesses da autarquia junto das entidades oficiais, são muito escassas e contraditórias, o que leva a pensar e a fazer análise muito dúbia e erradas do que está dentro do Relatório.

Por isso apelo ao Executivo que omita a última página, aquando do envio do relatório aos membros do Governo, à Direção Geral das Autarquias Locais, e aquando da sua publicitação no portal do município.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal, *Júlia Rodrigues* disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Muito obrigada Senhor Presidente. Convinha então fazer aqui um esclarecimento, mas antes desse esclarecimento e porque estamos numa Assembleia Municipal e infelizmente hoje faleceu um elemento, eleito local, Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Carlos Silva e Sousa, registo aqui um voto de pesar também, em nome também do Município de Mirandela e do executivo e portanto, foi morte súbita e Albufeira está três dias de luto municipal. Estamos numa Assembleia Municipal, as Autarquias locais dizem-nos muito, trabalhamos no mundo autárquico e portanto é uma perda para o país, é uma perda para as Autarquias, uma perda para o poder local.

Relativamente ao plano de saneamento financeiro, este é o IX relatório semestral, é um relatório de acompanhamento que já vem sendo feito há alguns anos e de facto normalmente como é hábito é feito sempre pelos serviços técnicos acompanhados pelo executivo, no sentido de dar conhecimento a todas as instâncias do que vai acontecendo relativamente ao plano de saneamento financeiro.

É óbvio que este plano integra vários itens, vocês receberam este plano, tem vinte e três medidas e portanto uma das partes integrantes do relatório são as conclusões e o que está aqui nas conclusões não se contradiz em nada, aquilo que está no relatório, faz referência à realidade dos factos e portanto as conclusões são parte integrante do relatório. Portanto não tem a proposta de retirar as conclusões, o relatório não ficava completo e portanto aquilo que me parece é que não podemos estar a esconder a realidade, podemos dizer que de facto as medidas que tiveram o impacto, foram conseguidas à custa dos contribuintes, à custa dos Municípios, à custa do IMI, à custa dos trabalhadores do Município e portanto isso não altera em nada o que está escrito no relatório, só confirma que de facto tem que haver um trabalho exaustivo na diminuição da despesa, nomeadamente com a eficácia a nível energético, como por exemplo a nível da iluminação pública, que não foi conseguido.

Por isso em relação a este relatório nada mais tenho a acrescentar, uma vez que está aqui tudo descrito e portanto vamos melhorá-lo com toda a certeza, no sentido de fazer cumprir aquilo a que estamos obrigados.

**“Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento”.**

**“4.8 – Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal;**

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 19 de fevereiro de 2018, com o seguinte teor:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos contra dos membros do PSD e quatro votos a favor dos membros do PS, conforme proposto:**

- 1 - Aprovar a Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Mirandela;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

**----- O Senhor Deputado António Figueiredo disse:**

Peguei agora no Telemóvel onde posso ver que enviei uma mensagem ao Senhor Presidente a dizer:

Boa Tarde Senhor Presidente não recebi qualquer documentação da Assembleia que se vai realizar no dia 23 de fevereiro, recebi a ata do dia 29 de dezembro, viva a transparência e a democracia por Mirandela.

O Deputado Municipal António Figueiredo.

**----- O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Ferreira disse:**

Se o Senhor Deputado Figueiredo então quiser ver o e-mail que foi enviado pelos serviços de apoio da Assembleia com a respetiva Documentação, foi enviado no dia 19 pelas 17:07 horas.

Foram enviados 70 e-mails e como se pode verificar no endereço de destinatário António Figueiredo e foi remetido para o endereço eletrónico tofiga@sapo.pt, portanto Senhor Deputado Figueiredo a Documentação foi-lhe enviada.

**----- O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

É apenas e só para dizer que a bancada do PSD votará contra esta Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal.

**-----O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Por uma questão de coerência e numa opção completamente individual, peço dispensa para não votar neste ponto, nos termos do artigo 64.º, do ponto 3 do Regimento desta Assembleia.

Obrigado

**----- O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS/PP) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Só queria pedir um esclarecimento à Mesa, ou nomeadamente à Câmara Municipal que faz esta Proposta. Se esta alteração vem em consequência da aprovação que fizemos na última Assembleia, com a alteração desses cargos de chefia, era só isso que pretendia esclarecer.

**-----A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.**

Relativamente a esta proposta de alteração do mapa de pessoal, é bom que se esclareça o seguinte, na última Assembleia Municipal, trouxemos aqui uma alteração de cargos dirigentes, que foi publicado em Diário da República, em vez de um Diretor de Departamento, 4 Divisões e 10 unidades Orgânicas de 3º Grau, propusemos 6 unidades Orgânicas, portanto de 14 passamos para 6. Na altura em reunião do Executivo a Oposição votou em abstenção, isto porque considerou sempre de que não haveria motivos para pôr em causa esta reorganização, até porque estas reorganizações dependem sempre do Executivo como quer trabalhar e qual a organização interna que pretende ter.

Na última reunião do executivo foi feito e até elogiado pela Oposição o novo Regulamento Orgânico, regulamento este que cria as 6 divisões e uma nova que é o Gabinete Estratégico e de diplomacia económica e todas as divisões com pequenos ajustes, relativamente ao que existia anteriormente, havendo uma diminuição do número de dirigentes, para uma maior simplificação de procedimentos por uma questão de novas competências e até vos posso dizer que foi criado uma secção de Reabilitação do Centro Histórico, isto até para ajustar as necessidades do município e a exigência da nossa camara municipal.

E foi com base nessa premissa essa premissa da simplificação quer de procedimentos quer da estrutura hierarquizada que tínhamos foi por isso que propusemos esta nova estrutura orgânica, mais simplificada e referindo as competências que tem cada Divisão e cada Serviço e por isso esta mapa de pessoal vai encaixar obviamente na nova estrutura orgânica e é com este mapa de pessoal que a camara conta e vai trabalhar, os trabalhadores são os mesmos o que existe é uma reorganização e é este mapa de pessoal que nós queremos trabalhar no futuro para o bem de todos os nosso municípios

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

**Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta.**

No seguimento do pedido do Senhor Deputado Agostinho Beça, pedia ao Senhor Secretário José António para ler um normativo que é uma recomendação que pode ser seguido pelos Senhores Deputados.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Ferreira disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

O Regimento e o Código do Procedimento Administrativo diz que os Membros da Assembleia devem pedir dispensa de intervir em procedimento administrativo quando ocorram circunstâncias pela qual possam razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou da sua retidão da sua consulta.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo:**

Ausentou-se da Sessão, não tendo participado na votação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 25 votos a favor, 15 contra e 13 abstenções aprovar a Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal”.**

**Este Ponto mereceu as seguintes Declarações de Voto:**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Luís Guimarães declarou:**

A minha posição favorável a esta proposta requer de mim a seguinte declaração de voto: dado que na Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais aprovada na reunião do dia 29 de dezembro, abstive-me e em consciência me abstive, porque embora a mesma não estando totalmente de acordo com minha opinião sobre o assunto, também não era descabida ou irresponsável, entendi hoje não tomar igual posição, atendendo a que a alteração ao Mapa de Pessoal está na sequência da Estrutura da Orgânica aqui aprovada por maioria, e que sendo a mesma a base da organização do pessoal, se deveria já considerar tal assunto como avalizado anteriormente por esta Assembleia.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães António Martins declarou:**

A Assembleia Municipal aprovou na passada Sessão do dia 29/12/2017 no seu ponto 6.9 – A Proposta de Reorganização da Estrutura dos Serviços Municipais, o meu sentido de voto foi contra, tendo em conta as dúvidas que existiam em relação à Proposta submetida, e entendo que a estrutura que se encontra ainda em vigor tem dado resposta positiva ao funcionamento do Município.

Apresentando agora o Executivo a esta Assembleia Municipal, na sequência dessa deliberação a Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal, com a estrutura funcional que pretende implementar não restam dúvidas da orgânica que o Município pretende, fica apenas por decidir quem são as pessoas que vão ocupar os lugares na nova estrutura orgânica que irá resultar de toda a certeza de nomeação. Ora não faz sentido no meu entender votar contra ou a favor um mapa de pessoal que vai ser ocupado por funcionários sem saber quem são. Acrescentando ainda, que o julgamento do voto nestas situações não deverá recair sobre pessoas, cuja idoneidade, competência e profissionalismo ainda não são conhecidos. O benefício da dúvida deve assim persistir na minha modéstia opinião, e pesa na decisão que acabo de tomar.

Nesse sentido, voto em abstenção o referido ponto.

----- **O Senhor Deputado Rui Sá declarou:**

----- Eu na Assembleia de dezembro votei contra a Estrutura Orgânica aqui apresentada, porque não concordei com ela, dado que ela foi votada e Publicada em Diário da República. Esta Estrutura Orgânica, e foi a que o Executivo escolheu para trabalhar, não me pareceu coerente da minha parte vota-la contra por isso me abstive. É esse o meu sentido de voto.



Contudo queria aqui fazer uma ressalva, o Senhor Deputado Agostinho Beça que aqui esteve e que lhe assiste esse direito como é óbvio, de não proceder à votação, fazendo ele parte da fileira dos funcionários do Município, não me parece contudo que seja uma prática louvável, atendendo o que se vota aqui não são pessoas, são funcionários no todo, são números, mas não são pessoas, se fossem pessoas parecia-me bem que não votasse em causa própria. Porque aqui há Presidentes de Junta que são funcionários da autarquia e ficam com os seus direitos em plenitude, não me parece muito coerente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

**Senhora Presidente, Senhores Deputados.**

Na sequência do que o Deputado Agostinho Beça disse, nós por lapso consideramos o seu voto como abstenção, e o Senhor Deputado queria considerar como não voto.

-----**O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Eu disse para o meu voto não ser considerado, por isso têm de tirar um número ao total de cinquenta e quatro e ficam apenas cinquenta e três votantes.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

O Senhor Deputado tinha de sair

-----**O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Não tinha nada que sair, o Senhor Deputado saiu porque lhe apeteceu, o Senhor Deputado desculpe mas eu, não vou entrar em diálogo consigo, espero que fique bem definido e que conste em ata, o número cinquenta e quatro que são os deputados presentes que lhe seja retirado um, pois eu estar aqui ou não, é completamente irrelevante, pois eu nos termos regimentais pedi dispensa de voto, e não é preciso sair da sala.

## **5- Outros Assuntos de Interesse para o Município.**

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Mosqueiro (PS) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Endereçar saudações especiais aos meus colegas, professores, e alunos do agrupamento de escolas que, hoje, se encontram a assistir a esta assembleia. As primeiras palavras são para eles: O futuro é vosso e a minha geração, bem como, muita das gerações, mais velhas, que aqui se encontra estão nas vossas mãos.

Cultura em Mirandela – Recomendação pedagógica

Enaltecer, sim, de imediato, a retomada da agenda cultural com os programas de cinema, dança e teatro do município. Culturalmente, por força de um longo mandato autárquico PSD e dos seus responsáveis diletantes nesta matéria, herdou-se uma cultura tímida e insípida. Temos de conquistar uma cultura de formação, de complemento à educação, acima da diferença da condição social e que perdure temporalmente, mesmo até depois de se esquecer tudo o que foi aprendido pela educação. É necessário inverter o paradigma da cultura dando-lhe asas e não pés erguendo o povo à altura da cultura e não rebaixar a cultura ao nível do povo. Nesta sequência, gostaria de expor, aqui, um bom exemplo de parceria entre municípios que se deveria ter em conta e seguir até. Os municípios de Bragança e Vila Real têm uma agenda cultural em comum que passa pelas diversas áreas, nomeadamente, musical, teatral, dança, etc., apresentando um preenchimento cultural semanal calendarizado ao trimestre, pelo que o município de Mirandela poderia encetar conversações e inserir-se nessa rota cultural rica em espetáculos. Será necessário verificar se o nosso equipamento e o nosso espaço preenche os requisitos mínimos para a referida oferta cultural e, caso haja alguma adaptação a fazer, acho que o investimento terá o seu devido retorno. Poderemos estar equiparados às sedes de distritos, fazendo a devida aproximação cultural que sempre foi dotada para segundo plano. A cultura, bem como a educação, deverá, à semelhança da matriz ideológica socialista, ser uma prioridade para o concelho pois estes fatores são o expoente máximo de civilizações desenvolvidas.

Aproveito, através da mesa, para entregar uma agenda cultural das sedes dos distritos de Bragança/Vila Real para podermos seguir e tomar como um bom exemplo de promoção e fomento da cultura.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Nos dias 26, 27 e 28 de janeiro de 2018 decorreu em Viseu o XVI Congresso da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), onde estive presente, sob o lema “Freguesias – Somos Portugal Inteiro”.

No Congresso foram eleitos os novos órgãos sociais para o quadriénio 2017-2021.

Tive o privilégio de ser eleito para integrar o Conselho Geral da ANAFRE como membro efetivo, representando assim a minha Freguesia, mas também o concelho de Mirandela e o Distrito de Bragança.

A ANAFRE tem uma voz ativa no cenário autárquico nacional, defendendo os interesses das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia, junto daqueles que têm poder de decisão no nosso país.

A reorganização administrativa, a revisão do estatuto do eleito local, o reforço das verbas do FFF foram temas amplamente debatidos e votadas nas mais de 2 dezenas de moções que mereceram aprovação no Congresso.

Quero assim manifestar aos meus colegas Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia aqui presentes na Assembleia a minha disponibilidade, caso assim o entendam, de vos apoiar ou levar junto da ANAFRE as vossas dúvidas, anseios ou outras preocupações.

A ANAFRE presta um conjunto de serviços as Freguesias, que são cada vez mais importantes para o desempenho de funções a frente de uma autarquia local, pois os desafios são enormes.

“Somos Portugal Inteiro”, foi o lema do Congresso e é bom que as Juntas e Uniões de Freguesia do nosso concelho também percebam que colaborando juntas conseguiremos combater mais facilmente as assimetrias do nosso concelho, articulando com o Município as prioridades de intervenção, fazendo assim de Mirandela um concelho melhor.

Não ganhamos nada, enquanto continuarmos a trabalhar cada um no seu jardim, esquecendo que o conjunto dos nossos jardins faz esta cidade jardim, como Mirandela é conhecida.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente do Município, os recursos financeiros das Freguesias são sempre escassos na ótica de um Presidente de Freguesia.

Aliás, nem podia ser de outra forma. No dia em que isso deixar de acontecer, deveremos abandonar o cargo imediatamente, pois ali já não fazemos nada.

Pois a missão de servir os seus Fregueses e ser o primeiro elo entre o estado e o cidadão é algo que nos honra muito.

No orçamento para 2018, previu o Município entre transferências correntes (€ 100.000) e de capital (€300.000) um valor de € 400.000 a transferir para as Juntas e Uniões de Freguesia.

Ou seja, o valor equivalente a 1% do Orçamento Municipal para o ano de 2018. € 16,68 por cada eleitor.

Seria bom, que decorrido 4 meses da tomada de posse, o executivo Municipal possa iniciar o processo de celebração dos acordos de execução previstos no artigo 133 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

As Juntas e Uniões precisam fazer face as competências previstas no artigo 132 do mesmo diploma e para isso necessitam da respetiva delegação materializada no acordo.

Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes, a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, são algumas dessas competências, que para serem realizadas têm de ser delegadas.

Seria um bom exercício democrático iniciar este processo e poder concluí-lo no prazo de 6 meses conforme prevê a Lei. Um verdadeiro exercício democrático que em muito dignificava o poder local em Mirandela. Tenho dito.

----- O Senhor Deputado Municipal *Carlos Sousa* (PS) disse:

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 estabelece as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados na União. Passará a ser aplicado diretamente a todos os estados membros em 25 de maio de 2018 ou seja, daqui a 3 meses e vem substituir a atual diretiva (95/46/CE) e a lei de proteção de dados pessoais (Lei 67/98 de 26/10).

Apesar dos seus 173 considerandos e 99 artigos, a maior parte deles, já preconizados na anterior diretiva, o novo quadro legal traz consigo algumas mudanças que podem ter um elevado impacto nas organizações que pela sua natureza, efetuam tratamento de dados pessoais. (razão pela qual trago o tema a esta câmara).

Estamos perante um novo paradigma: “ Os dados são das pessoas e a proteção dos cidadãos está antes da conveniência do serviço”.

Se até esta data, a salvaguarda dos direitos dos cidadãos, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, estava assegurada pela autorização da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), esse papel é passado para a entidade responsável pelo tratamento de dados (e seus dependentes) que assume agora a dupla função de cumprir e provar que cumpre a legislação, caso contrário, estará sujeita a coima de elevado montante que pode chegar aos 20 Milhões de euros.

Do regulamento, constatamos que o termo Dados pessoais corresponde a: qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados) independentemente do suporte, incluindo som e imagem que permita identificar uma pessoa singular (Identificação física, psíquica, fisiológica, económica, cultural, social, etc

Ex: Nome, NIF, email, fotografia, matrícula do automóvel, ou qualquer característica diferenciadora). Já em relação ao tratamento é uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais por meios automatizados ou não automatizados (Tratamentos em papel!); Ex: Recolha, registo, conservação, adaptação ou alteração, **consulta**, utilização, divulgação apagamento, destruição. Um tratamento não é uma aplicação informática.

O regulamento aplica os princípios fundamentais: Licitude (consentimento do titular, cumprimento de obrigação legal, exercício de funções de interesse público, interesse legítimo do responsável pelo tratamento)

Lealdade e transparência, Limitação das finalidades, Minimização dos dados, Exatidão, Limitação da conservação, Integridade e confidencialidade, Responsabilidade.

No que diz respeito aos direitos dos titulares dos dados (cidadãos/municípios) o diploma assegura o direito à: Informação (Artº 13º e 14º), Acesso (Artº 15º), Retificação (Artº 16º), Apagamento (Ser esquecido) (Artº 17º), Limitação do tratamento (Artº 18º), Portabilidade dos dados (Artº 20º), Oposição (Artº 21º), Direito a não ficar sujeito a decisões automatizadas (Artº 22º).

Quanto às Obrigações do Responsável pelo tratamento (Capítulo IV) o regulamento diz que a entidade deve

Assegurar e comprovar a conformidade do tratamento (Artº 24º)

Garantir a proteção de dados desde a conceção e por defeito (Artº 25º)

Efetuar o registo das atividades de tratamento (aqui também a consulta aos dados) (Artº 30º)

Garantir a cooperação com a autoridade de controlo (Artº 31º)

Garantir a segurança do tratamento (Art32º)

Efetuar a notificação de violação à autoridade de controlo (Art33º)

Efetuar a notificação de violação ao titular (Art34º)

Efetuar a avaliação do impacto sobre a proteção de dados (Art35º)

O artigo 37.º, n.º 1, exige mesmo a designação de um Encarregado de proteção de dados (EPD) sempre que o tratamento seja efetuado por uma autoridade ou um organismo público. Quais são as funções do Encarregado da proteção de dados (Artº 39º)

Informa e aconselha o responsável pelo tratamento bem como os trabalhadores.

Controla a conformidade, a repartição de responsabilidades entre Responsável e Subcontratante, a sensibilização e formação do pessoal e auditorias.

Presta aconselhamento no que respeita à avaliação de impacto.

Coopera com a autoridade de controlo.

É o ponto de contacto para a autoridade de controlo.

Atua ainda como ponto de contacto com os titulares de dados (Artº 38º, nº 4).

Podemos perguntar nesta fase, como está preparada a nossa câmara municipal para este premente desafio? Em 25 de maio, estaremos em conformidade como regulamento?

A título de recomendação, qual o próximo passo a seguir? O que fazer?

Auscultar antes de mais, o que está a ser feito por outras entidades de dimensão semelhante ou da nossa região. Documentar-se com a informação existente na CNPD e no site da EU; formar alguém com esta competência por exemplo no IGAP que tem dado formação sobre esta matéria.

Começar o processo de sensibilização a dirigentes e trabalhadores.

Proceder à nomeação do encarregado de proteção de dados.

Proceder à avaliação da situação atual e elaboração do plano de ação, isto é, identificar e mapear os dados e tratamentos e elaborar o diagnóstico de conformidade, elaborar por fim o plano com tarefas e calendarização.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Faltam apenas 3 meses para a aplicação do novo regulamento de proteção de dados que entra em vigor a 25 de maio do corrente. Consciente de que o trabalho preparatório já deveria estar a dar frutos há pelo menos um ano, tal como recomendado pela CNPD, (e aqui é legítimo perguntarmos se o anterior executivo, porventura, não teria deixado algum trabalho preparatório feito) e, sabendo que a elaboração e implementação de um plano desta natureza que envolve um conjunto de medidas organizacionais e técnicas não se compadece com estes “timings”, nem com o momento de acrescido esforço que o atual executivo está a passar, venho manifestar aqui a minha preocupação como deputado.

Estará esta Câmara preparada para garantir os direitos dos titulares dos dados e honrar a as suas responsabilidades?

Como munícipe, manifesto a mesma preocupação mas em duas óticas distintas e até antagónicas: a primeira vestindo a pele de utente e titular dos meus dados. Espero que a Câmara implemente de forma eficaz, com qualidade, segurança e integridade todas as obrigações como responsável pelo tratamento dos dados por forma a evitar qualquer ocorrência propositada, acidental ou negligente de fuga da minha informação com consequências imprevisíveis.

Por outro lado, e já no papel do munícipe contribuinte, não tenho interesse nenhum em ver aumentado o passivo da câmara com o pagamento desnecessário de avultada coima que pode ascender a 20 milhões de euros.

Enfim, não bastava já terem que enfrentar os constrangimentos da gestão do plano de saneamento financeiro quanto mais aparecerem outras dificuldades que podem prejudicar a saúde financeira da instituição. Estou certo e confiante de que o executivo estará à altura para enfrentar mais este desafio.

Tenho dito.

----- O Senhor Deputado Municipal *Pedro Beato* (PSD) disse:

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Muito boa tarde a todos! Senhor Presidente da mesa, Senhores Secretários, Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores membros da Assembleia. Esta intervenção de certo modo vai dar continuidade à minha intervenção de manhã com algum aspeto mais prático, o que eu quero dizer quando nós falamos de Cultura, gostamos de abstrair e pensar que a Cultura é uma coisa complexa, e não é! E eu gostava de deixar dois ou três exemplos para mostrar que qualquer pessoa de qualquer idade, numa terra qualquer mesmo ao nível da Escola Primária, pode ter uma formação, porque vive numa cidade que se preocupa com a chegada da cultura a todas as idades, pode ter possibilidade de explicar a qualquer outra pessoa que chegue, aspetos muito curiosos da nossa terra, isto é, eu sou adepto de uma cidade educadora, significa isso que, só pelo facto de nós vivermos numa cidade que está bem arrumada e bem organizada as pessoas crescem, a ser educadas.

A ser educadas no sentido do conhecimento cultural e da identidade da sua terra, e isto é muito importante. Primeiro porque é fácil de implementar em Mirandela, e segundo porque motiva a permanência de pessoas. Eu vou dar um ou dois exemplos. Nós temos aqui em Mirandela uma calçada, um sítio que se chama Calçada das Amoreiras. Esta Calçada das Amoreiras, antigamente chamava-se travessa do Postigo. É muito fácil colocar uma placazinha a dizer Travessa do Postigo, debaixo da Calçada das Amoreiras. Isto é um aspeto que eu considero muito importante, porque quando nós chegamos a esta Travessa do Postigo, nós estamos no local onde passava a Muralha do Castelo, portanto podemos colocar ao lado o símbolo de Castelo. Isto era a entrada mais pequena das quatro entradas que havia em Mirandela, que fica exatamente hoje na rua de São José que liga com a rua do Rosário e segue para o Toural, portanto um pouco acima da Casa Verde.

Ora, o colocar um nome antigo, é uma identificação que qualquer pessoa pode dizer, mas porque é que está aqui este sentido de Castelo? Porque é que está aqui este nome? Porque ali passava o Castelo, porque ali passava a Muralha do Castelo, porque ali havia uma entrada para as pessoas que se deslocavam à cidade. Outro exemplo também muito curioso, que qualquer criança pode perfeitamente explicar a qualquer cidadão que chegue a Mirandela.

O jardim Trigo de Negreiros, se nós colocarmos junto a uma placa do jardim Trigo de Negreiros, uma bola, o desenho de uma bola, uma fotografia de uma bola, com asas, qualquer pessoa que pergunte, mas porquê uma bola? Porque é que está aqui uma bola? Exatamente porque foi ali naquele sítio, antigo campo de carvão, hoje de Joaquim Trigo de Negreiros, onde se jogou a primeira vez futebol em Mirandela. Uma bola, qualquer criança pode falar nisto, mas porque é que tem asas? Tem asas, porque foi um Mirandense ilustre e das pessoas mais condecoradas em Portugal, pelo Estado, não só por Mirandela, mas também pelo Estado, que trouxe a primeira bola de futebol para Mirandela, e as asas são, porque este Senhor era um pioneiro da aviação portuguesa. Este foi o primeiro emblema do Sport Clube Mirandela, para completar este conhecimento claro que seria de todo o interesse pegar na homenagem que Mirandela fez a esse Senhor, que é a rua com o nome dele, que se chama, João Maria Alves Esteves, tem a condecoração Torre de Espada, como tem a Câmara Municipal, mas tem mais várias condecorações e muito, muito importantes dentro das condecorações portuguesas.

Portanto, se na rua João Maria Alves Esteves tem espaço no meio da rua lá em cima, e como ele é aviador até tem piada, porque fica lá em cima, e vê-se Mirandela cá em baixo, era curioso colocar lá pequena uma homenagem, uma pequena placa com informações sobre as oito condecorações extraordinárias que tem este mirandense.

Outro exemplo: Isto são tudo exemplos muito simples, qualquer pessoa, criança, no meio da Ponte, colocar um marco, que podia ter até uma Cruz, podia ter a forma de uma Cruz, ora porquê no meio da Ponte? Porque era exatamente no meio da Ponte que se separava que se separava, antigamente, o concelho de Mirandela do concelho de Lamas de Orelhão. Do meio da Ponte

para lá era Golfeiras do meio da Ponte para cá era concelho de Mirandela, e se, colocasse um pequenino desenho com uma pedra aberta e outra fechada que o muro da Ponte do lado de Mirandela era fechado, xxx, o que significa a marca da diferença dos dois concelhos e para acabar para não estar aqui com muitos exemplos, a cidade está cheia destes pequenos exemplos e as nossas aldeias todas, e a vila da Torre também.

Portanto, isto é, extensivo a todo o concelho. Todo o concelho tem pequeninos pormenores deliciosos que as pessoas gostam de saber, no momento em que falo deles a pessoas de fora ficam encantados. Por exemplo a rua Luciano Cordeiro, rua que antigamente se chamava rua da Ponte porque foi feita quando foi feita a Ponte, e depois ligava ao Arco de Santo António. Colocar uma pequena placa com o emblema da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela naquele local, aliás onde apareceram as ossadas, mas porque está aqui este emblema da Santa Casa? Foi ali que estiveram os primeiros irmãos da Misericórdia de Mirandela a partir de 1518 e foi vendida à família Sá Morais e posteriormente esta família em 1701 colocaram lá a igreja de Santo António, curiosamente igreja da qual o altar está na Nossa Senhora do Amparo, eu estou a dizer isto, porque são pequenos símbolos que podemos colocar pela nossa cidade, penso que não são caros e que colocam a nossa comunidade em conhecimento ativo da nossa cultura da nossa identidade, essas coisas todas que eu tanto gosto. Como ainda tenho algum tempo e como estão aqui alunos eu queria a título de cumprimento e a título da relação do nosso mais velho em relação aos mais novos, gostava de vos dizer uma coisa. Quando nós, eu fui professor, mas se não fosse eu continuo a gostar, os que foram meus alunos e dos meus colegas, nós embora sejamos mais velhos continuamos a acompanhar aquilo que vocês fazem pela vida fora e é uma honra, uma honra para nós sempre que algum dos nossos alunos ou algum dos mirandelenses que esteja a estudar seja em que sítio for, têm trabalhos de qualidade, para nós é uma honra, eu vou só citar aqui, um dia destes na internet fiquei encantado porque estive a ler um trabalho de um aluno que ainda há pouco tempo, não foi meu aluno foi da minha mulher, mas a honra é a mesma, e fez um trabalho e é um tema interessante porque é isso a educação, é uma constante na vida política de Mirandela e está-se a ver até nesta Assembleia e em todas as Assembleias e há um rapaz de Mirandela que se seguiu direito e está lançada e eu gosto imenso de ir vendo as coisas que ele faz e encontrei uma tese na internet que se chama a gratuidade do ensino obrigatório. Eu gostei imenso de ler este texto porque ele faz uma reflexão, muito bem-feita, sobre os direitos da Educação e a dimensão que esses direitos devem ter, e é curioso que é um trabalho em prol do direito à educação e que esse direito venha a ser verificado. É um homem que está nesta luta, Direito, e chama-se Pedro Assis Cadavez. Muito obrigado pela atenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

É sempre um prazer enorme para mim ouvir o nosso amigo Pedro Beato que regularmente tem um programa na rádio. Eu vou ser breve, queria apenas trazer para a discussão pública um assunto que a todos nós diz respeito. Como sabem aproxima-se a data das Festas da Nossa Senhora do Amparo põe-se aqui o problema da localização futura para este ano do Luna Parque, ou seja, os divertimentos, enquanto decorrerem as obras na envolvente ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo. Já ouvi muitas coisas sobre essas hipóteses de localização, mas eu proponho ao executivo que lance mesmo por sua iniciativa esta discussão para o público em geral. Em meu entender, revelo já a minha posição, isto deveria acontecer, deveria ser localizado, todo esse espaço de divertimentos na zona paralela à margem direita a seguir à Senhora do Amparo envolvendo um pouco mais aliás imediações, e não como já ouvi, propor no parque de estacionamento da Cocheira. Penso que todos nós nos lembramos bem do enorme inconveniente que era, quando o exército todo dos praticantes de Jeet Sky invadia aquele espaço e durante cerca de duas semanas transtornava completamente a vida dos mirandelenses tanto no estacionamento e até na circulação dessa zona. Era só isto que eu tinha para dizer, obrigado!

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Eu fiz uma referência, fiz um escrito à mão, pronto mas é um escrito é aquilo que vale e é aquilo que ontem estive a fazer e portanto fiz para aqui umas contas também, não sei se me saíram furadas tenho tudo desorganizado, porque eu sou desorganizado, mas tenho-as aqui, e pedia à Senhora Presidente da Câmara, em relação à parte Urbanística e como a Senhora sabe através de vários emails que lhe enviei, o licenciamento continua péssimo, e a Senhora Presidente já foi informada várias vezes de tudo e que continua a rejeitar esse tipo de licenciamento e ainda por cima num mail que fiquei um pouco estupefacto mesmo, teve, pronto, um cariz de gozo, em relação a esse mesmo meu email.

Pronto era uma situação que não me agradou, com toda a sinceridade, gozar uma pessoa.

Em relação ao IMI a Senhora baixou de 4% para 3,75% é verdade, mas feitas as contas a Câmara recebeu 2.600.000,00€, retirando os 3,75% fica a Câmara com 2.437.000€, o que dava certo em relação às suas contas, 162.500€. Mas esses 162.500€, eu disse aqui que era uma ninharia, e a Senhora Presidente disse-me ninharia para si, não é para mim. É evidente que é muito dinheiro mas nos seus compromissos que os tenho lá, disse que ia reduzir para 3% e se reduzisse para 3%, a Senhora iria receber 650.000€, e em relação ao parque habitacional de 2016 em Mirandela, iriam não pagar as famílias de Mirandela 43.20€ de IMI.

A Senhora não cumpriu a promessa, a Senhora não cumpriu a promessa! Eu fui ao seu email e ao email do PS e os compromissos desapareceram completamente, pronto! Em relação ao IRS de 5%, dizia que era exagerado, quando chegar ao poder irei tirar mais esse encargo para os mirandelenses, a montanha pariu um rato! Tirou desses 4%, tirou 1%, desses 5% tirou 1%, ficaram 4%. Chama a isto devolver dinheiro às famílias? Eu acho que não há grande estratégia da sua parte! Isso é tudo ilusionismo. É tudo ilusionismo! Por Mirandela? Eu acho que não há nada por Mirandela! Para mim as questões são muito objetivas, portanto, não há nada por Mirandela! Ainda faz na sua proposta de programa eleitoral, da Senhora Presidente, é a revitalização do antigo Complexo. Diz a Senhora Presidente: será um projeto para o mandato e para trabalhar de imediato. Agora, sim já é oficial o Ministro do Ambiente emitiu um despacho complementar em relação ao Fundo Ambiental de 270.000€.

A Senhora não disse a verdade na última Assembleia aqui. Quem é que fez o primeiro despacho, aliás quem é que fez a primeira comunicação para o Fundo Ambiental? A Senhora recorda-se? Diga-me a data, recorda-se? Estou a falar para a Senhora, recorda-se? Diga-me a data? É dia 26 de outubro de 2016, quem o fez foi o Eng.º Branco! Sabe o que é que lhe disse



o Ministro do Ambiente, e o Dr. José Silvano o que me disse ao telefone? Que não havia dinheiro no Fundo de Ambiente. Quando a Senhora tomou poder a proposta foi exatamente a mesma pediram ao Eng.º Luís Pereira, foi para baixo e deram-lhe os 275.000€. Que grande habilidade a Senhora fez! Que grande habilidade! É uma grande habilidade, isso! Fazer isso! Pronto! Agora diz tudo e mais alguma coisa da falta de critério e honestidade do antigo Presidente! Pode dizer, pode dizer isso! Que não havia democracia! Agora existe democracia, consigo aí?

Os valores que adquiriu não são esses, pelo menos era aquilo que eu julgava! Os seus valores já lhe disse eu em email, e pode-os repetir se quiser em público, não são esses os seus valores! Se são esses, então foram mal adquiridos por si! Isso digo-lhe eu com toda a honestidade e sinceridade, olhos nos olhos! Não estou aqui a dizer por outras diretrizes. Estou aqui a dizer olhos nos olhos! Não tem honestidade profissional e ética para dizer aquilo que disse em relação á minha pessoa! Tá a perceber?

É isso que lhe estou a dizer! Quero que me diga qual é a evolução das receitas correntes, receitas de capital, receita total, transferências de Estado até hoje! Nas despesas correntes quero saber os encargos financeiros, quero saber os encargos com o pessoal, comunicações, combustíveis, energia, Associação de Municípios, resíduos, transparência de identidades, educação, águas, encargos com instalações, outros. Quero saber isso tudo! Senão digo-lhe que a sua Câmara é uma Câmara ditatorial. Na ata de 23 de 2017 de 6 de novembro, diz assim a Senhora Presidente: diz que a liberdade de expressão nunca existiu numa só Câmara, nunca existiu na Câmara de Mirandela, mas também não existiu em Mirandela. Isto deixa-me a rir! É muito infeliz essa afirmação, sabe lá a Senhora Presidente o que é a liberdade! Nunca passou por isso! Sabe lá o que é a liberdade!

Quando nasceu, eu tinha 14 anos, sabe lá o que é a liberdade! Não sabe o que é a liberdade, e vem-me aqui a dizer isso? Valha-me Deus! Olhe o Presidente que sabia, o homem que sabia o que era a liberdade era o Maurício! Esteve 11 anos preso, sabia o que era a liberdade! Algum dia lutou pela liberdade? Lutou pelos tachos políticos, que lhe deram ao longo da sua vida, mais nada! A liberdade seja honesta para consigo própria, senão cai no ridículo, e está a cair no ridículo, eu disse-lhe a si que a democracia não é demagogia! E a democracia infelizmente hoje, está falida! Está falida! Não há domínio do povo na democracia! Já dizia o Maurício: Os homens erram! O grandes homens confessam que erram! Veja se aprende alguma coisa! Se a senhora é uma grande mulher, confesse que era também! Acho que não é uma grande mulher! Coisa que também eu sei, que também lhe deixaram valores de ética. Eu sei isso! Deixaram-lhe e a senhora sabe disso! E eu respondi a isso, que lhe deixaram valores de ética! Não perca isso, Senhora Presidente!

A senhora passa, mas a Câmara fica! E alguém há-de estar no seu lugar!

O que se passa na aldeia de Frechas? Vieram n pessoas ter comigo a dizer que o Senhor Presidente de Frechas, que não sei quem é, que embirrava com uma pessoa, que estava para demolir um canteiro. Não sei o que é que se passa! Passa-se alguma coisa, também, em Mirandela? No que diz respeito ao edifício do Senhor Adérito Pires, que vai reabrir a loja, tem licença de utilização? Não sei? O Arquivo Municipal é uma vergonha!

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Senhor Deputado, o seu tempo terminou!

**----- O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Está bem, eu saio!

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Muito obrigado!

**----- O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Está bem, eu saio! O Arquivo Municipal é uma vergonha, eu já disse aqui, na outra Assembleia! Outra situação, que mentiu aos mirandelenses é o atual, tiveram mais tempo os outros, é o atual edifício da SONAI, não está licenciado o edifício, é uma autêntica aldrabice o que a Presidente da Câmara está a dizer aos mirandelenses! É uma autêntica aldrabice!

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luís de Melo Guimarães disse:**

Senhor Deputado, por favor!

**----- O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

O rácio de Mirandela, o Presidente da Câmara de Bragança que estive a falar com ele, ele disse-me se a Câmara quiser pode acabar com isso! Foi o que ele me disse!

Tenho dito!

**----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de União de Freguesias de Franco e Vila Boa, Paulo Pontes (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Estou calmissimo, pode não parecer mas estou sempre calmo, e em defesa da minha gente sem os ter consultado tomo a liberdade de falar e ser o porta-voz de todos os Presidentes de Junta. Ainda agora me encontrei com a Responsável da Protecção Civil e me disse que mais ou menos há 15 dias foram ao Franco Vila Boa, e foram identificadas 3 ou 4 situações que causavam insegurança para as pessoas, pois eram casas que estavam em autêntica ruína e que estavam a causar insegurança.

A Junta de Freguesia em parceria com os respetivos os proprietários já resolveu duas ou três dessas situações, e já está quase tudo solucionado, isto o que diz respeito ao meio urbano. Mas a mim o que me preocupa bastante, e manifestei-o logo na reunião que tivemos no Auditório são os caminhos rurais, e não sei qual é o ponto da situação. E os caminhos rurais também é diferente de freguesia para freguesia, pois depende da geografia do concelho e é evidente que a zona do Franco, Lamas de Orelhão e com certeza outras Zonas a erosão depressa degrada os caminhos. Esta situação é a que mais me preocupa neste momento. O Franco tem duas estradas municipais, Franco Vila Boa e já o ano passado foi a Junta que a limpou, dado a Câmara não o ter feito, e ainda temos outra estrada que liga o Franco ao concelho de Valpaços e toda a estrada está integrada na floresta

do Franco. Ou seja na serra da Santa Comba ou serra do Pelado, toda ela do princípio ao fim ainda não teve nenhuma limpeza, e isso é o que mais me preocupa, pois nós não temos meios para o fazer mas aquilo que pudemos fazer, nós fazemos e não precisamos que alguém nos recomende, que é o caso das demolições que já foram feitas, agora não temos a mínima possibilidade de arranjar caminhos agrícolas e da fazer limpezas. Era esse o apelo que eu fazia à Senhora Presidente para num curto espaço de tempo possível tentarmos remediar essa situação

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.**

Neste ponto só quero focar 3 assuntos, em primeiro é dizer à Senhora Presidente da Câmara que foi com bastante satisfação que a ouvi dizer que acolheu a nossa ideia da Assembleia Jovem, e quero desde já disponibilizar a nossa participação do Grupo do PSD, para a implementação dessa Assembleia.

Em relação à Moção pelo Interior que foi aqui aprovada, nós também sugerimos que esta Assembleia tem que ir um pouco mais além, pois acho que a Assembleia de Mirandela, esteve sempre na vanguarda, no que toca à ação política e a ação em si dita e penso que nós aqui também podemos tomar uma ação e por isso vamos sugerir a criação de um grupo de trabalho que possa fazer aqui propostas específicas para este Movimento pelo Interior e numa próxima assembleia traremos uma moção formal para fazer algumas medidas e algumas ações concretas para o Interior.

Um último ponto e quero que fique registado nesta Assembleia tem a ver com o encontro dos alunos da Administração Pública, nesta ultima semana realizou-se aqui o encontro de alunos da Administração Pública, pelo que quero saudar a Câmara Municipal e a organização do evento pelo esforço que fizeram, colocaram Mirandela, no centro da discussão da Administração Pública e trouxeram aqui mais de 200 pessoas de vários localidades de Lisboa, Leiria, Aveiro, Coimbra e, trouxeram aqui centenas de jovens a Mirandela e Mirandela deu-se a conhecer. E até posso fazer aqui uma confidencia, alguns até já planeiam vir para Mirandela de férias, por isso temos que louvar a organização, e a pertinência deste evento o que contou obviamente com o apoio logístico da Câmara Municipal, como seria de esperar, no entanto ao apoio financeiro pareceu-me que ficou muito aquém daquilo que se esperava, pois sendo um evento a nível nacional com mais de 200 pessoas em Mirandela e que dava a conhecer Mirandela. Novamente quero dar um louvor aos estudantes do Núcleo de Gestão e Administração Pública da EsACT do IPB, pela iniciativa pela vivacidade que deram à nossa economia local e colocaram a nossa cidade no centro da discussão e de produção de conhecimentos científicos.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues disse:**

**Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.**

Muito obrigado Senhor Presidente e queria agradecer a intervenção de todos e responder dentro do possível a todas as questões Relativamente à questão da cultura, da intervenção do Deputado Luís Mosqueteiro e do Deputado Pedro Beato, não posso concordar mais de facto há muito a fazer na identificação do nosso Património Cultural, inclusive o nosso Palácio dos Távora deve ter uma identificação histórica, porque tem muitos visitantes e merece ter essa identificação. E até em parceria com o Instituto Politécnico de Bragança, designadamente a Escola Superior em Mirandela que tem um curso de Multimédia, Designer e também Turismo, julgo que é muito importante termos um plano estratégico no âmbito do Turismo associado à Cultura.

Mirandela tem de se reafirmar culturalmente no sector das artes, porque Mirandela tem a Esproarte que nos orgulha a todos, e acho que todos somos poucos, para fazer de Mirandela uma referência nas artes na cultura, pois em todo o concelho temos um património que nós temos que potenciar para trazer mais visitantes e trazer mais-valia.

Em relação à proteção de dados de facto para nós é uma preocupação, pois até 25 de Maio, temos que ter implementado a nova Lei de proteção de dados, está a haver uma parceria através da Comunidade Intermunicipal, que vai coordenar esta implementação nos nove Municípios que pertencem à Comunidade Intermunicipal, pois é um problema comum e que deve ter soluções conjuntas.

Relativamente à situação da Festa de N. Srª do Amparo, esta questão foi levantada na última reunião do Executivo, há duas propostas que estão a ser colocadas, uma da Confraria que resumidamente aponta a Cocheira para o parque de diversões e a outra que surgiu do Senhor Vereador José Cunha que aponta para junto ao Santuário de N. Srª do Amparo, são estas as duas localizações que estão em cima da mesa.

E até foi sugerido pelos Senhores Vereadores da Oposição de fazermos uma reunião com as forças Policiais, para se fazer uma avaliação técnica, quer a nível de gestão urbanística e gestão do movimento das pessoas nas 3 semanas de festa, e é isto que vamos programar ainda durante esta semana para que possamos ter uma decisão mais rapidamente possível, para assim podermos dar uma resposta à Confraria.

Esta questão foi apresentada pelo Deputado Agostinho Beça e é sabido que é uma das nossas preocupações a celeridade da decisão e tomar a melhor decisão.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado António Figueiredo, não me pareceu correto a forma como se dirigiu às mensagens que me envia regularmente, até porque nunca respondi em tom de gozo, pelo contrário, respeito muito as mensagens embora algumas sejam de foro que ultrapassa as minhas competências como Presidente da Câmara, com acusações. O senhor será sempre uma pessoa que eu respeito-o pela história, respeito-o pelo passado e pelo trajeto político que teve, mas temos pontos de vista diferentes, formas de tratar a política diferente, e quem quer ter respeito deve dar-se ao respeito.

É isso que eu faço aqui, lamentavelmente a forma e o formato com que faz algumas referências não são de todas úteis para o debate político.

Relativamente à questão do IMI e do IRS, com dados muito concretos o nosso objetivo nestes 4 anos devemos estar em condições de atingirmos o valor mínimo foi e é esse o nosso objetivo, financeiramente tivemos alguns obstáculos em assumir esse compromisso, e estamos orgulhosos em termos conseguido pelo menos não aumentamos como tem sido até aqui.

Em relação ao Complexo Agro Industrial do Nordeste tivemos uma candidatura ao fundo de intervenção ambiental que depois mudou de nome e chama-se Fundamental e saiu publicado em Diário da República a verba de 270 mil euros aplicada à retirada do lixo isto não é uma conquista pessoal mas sim uma conquista para o Cachão, e para o concelho eu não quero ficar com os louros mas é justo e mais que justo que aquelas populações do Cachão se possam livrar daquele lixo, e é justo que o cachão possa ter uma reabilitação nós juntamente com o Município de Vila Flor temos tido reuniões com os trabalhadores quer do

Matadouro, quer da Agro-industrial do Nordeste, quero dizer que a situação financeira não está boa como é óbvio, mas penso que depois da retirada do lixo, vamos ter um plano estratégico para o Complexo, porque chegou agora o momento ou se faz qualquer coisa, porque a situação ambiental é tão grave que não há nenhuma empresa que queira instalar-se no Cachão. Relativamente às situações financeiras está tudo no Orçamento para 2018, e é verdade que também posso concordar consigo quando diz que a Senhora passa e a Câmara fica, isso é verdade tanto o Município como a Assembleia Municipal, felizmente vai ficar e com novos membros com outra forma de fazer política, com liberdade diferente e com outra liberdade de expressão com respeito pelas pessoas.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta Paulo Pontes, de fato nestas visitas que tem sido feitas tem havido alguma identificação, resolução o Gabinete de Apoio às Freguesias ainda não conseguiu ir a todas as aldeias, mas tem feito um trabalho que é reconhecido por todos. E quanto aos caminhos rurais vamos ter uma reunião quer relativamente à limpeza, quer relativamente a situações da Protecção Civil de divulgação com todos os Presidentes de Junta, para fazermos um plano conjunto, para que com os meios que temos o possamos aproveitar em todas as freguesias.

Relativamente ao Senhor Deputado Nuno Magalhaes é só para lhe dizer que já está agendado para o dia 8 de março um Conselho Municipal da Juventude que há muitos que não reunião e dizer-lhe que a partir daqui vai ser implementado as Assembleias Municipais de Juventude. Quanto ao encontro Nacional da Administração Pública, de fato ontem estive aqui numa sessão com os Presidentes de Câmara de Aveiro e de Leiria, e foi um debate muito interessante, sobre a cooperação intermunicipal se é uma realidade ou se é uma ilusão e todos concordamos que juntos somos mais fortes, portanto quer a nível de freguesia ou a nível da camara municipal juntos conseguimos fazer com menos, podermos fazer mais.

Relativamente ainda sobre a educação no Eixo Atlântico houve 200 candidaturas para fazer um encontro sobre Educação, Mirandela, está selecionada entre quatro Municípios que se candidataram e portanto vamos a aguardar se vai ser feito este encontro em Mirandela.

E para terminar queria fazer um elogio ao processo de esvaziamento da Ponte Açude de Mirandela, foi um processo algo moroso porque foi a primeira vez que foi solicitado ao ICNF, toda a questão de esvaziamento e por questões de segurança da obra que está a decorrer da N. Srª do Amparo e tem havido equipas técnicas que têm feito o acompanhamento quer a nível da população piscícola quer do levantamento topográfico do solo, e tem havido quer da parte do Clube Caça e Pesca quer dos concessionários também do Açude, quer também dos mirandelenses a compreensão, pois as obras estão a ser realizadas e era necessário este esvaziamento mas está a ser acompanhado por Técnicos, Professores de investigadores que nos estão a acompanhar até ao dia 2 de março e depois tudo vai voltar ao normal.

Penso que agora é tudo, estarei sempre disponível para todos, e sempre que houver qualquer questão podem fazer chegar a nós.

## 2.º Período da Intervenção - Público

### 5 - Público – 2.º Período da Intervenção.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *Luís de Melo Guimarães* disse:

Há alguém do público que queira intervir:

-----*Tatiana Espírito Santo* disse:

Sou Tatiana Espírito Santo, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Professores, Colegas e Público aqui presente.

Sou aluna do Curso Profissional de Turismo da Escola Secundária de Mirandela.

Tendo eu o prazer de estar presente nesta Assembleia, durante todo o dia, fiquei surpreendida com o teor da mesma.

Uma vez que pensava que só se discutiam assuntos relativos à nossa cidade de Mirandela e à sua população.

Quero agradecer a oportunidade que nos foi dada de estarmos aqui presentes.

Muito obrigado a todos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *Luís de Melo Guimarães* disse:

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a sessão, eram 17.30 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal;

*Luís Augusto de Melo Guimarães*  
A Primeira Secretária;

*Luísa Maria Almeida Torres Belchior*  
O Segundo Secretário;

*José António Costa Ferreira*